

Sumário

Número de notícias: 28 | Número de veículos: 23

CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Arrecadação cresce 9,5% 3

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Arrecadação federal bate recorde em julho e alcança R\$ 231 bi 5

VALOR ECONÔMICO - SP - LEGISLAÇÃO E TRIBUTOS
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Carf afasta IR sobre benefícios recebidos por magistrado para moradia e alimentação
..... 6

A GAZETA - MT - ECONOMIA - PAÍS
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Arrecadação soma R\$ 231 bi em julho 8

A GAZETA - MT - ECONOMIA
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Consulta ao 4º lote liberada hoje 9

CORREIO DE SERGIPE - ARACAJU - SE - SOCIAL/NACIONAL
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Arrecadação federal cresceu 9,55% e chegou a R\$ 231,04 bilhões em julho 10

EXTRA - RIO DE JANEIRO - RJ - GANHE MAIS
ANFIP

Cursos gratuitos para profissionais de educação - SERVIDOR 11

DIÁRIO DE PERNAMBUCO - RECIFE - PE - ECONOMIA
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Receita abre consulta ao 4º lote do IR 12

JORNAL DO DIA - ARACAJU - SE - GERAL
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Receita abre nesta sexta consulta ao 4º lote do Imposto de Renda 13

CORREIO BRAZILIENSE - ON LINE - NOTÍCIAS
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Receita da União com impostos cresce 9,5% em julho e atinge nova máxima 14

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
SEGURIDADE SOCIAL

País vai envelhecer mais rápido e preocupações aumentam 16

EXTRA - RIO DE JANEIRO - RJ - GANHE MAIS
SEGURIDADE SOCIAL

Brasil envelhece e tem desafios na Previdência 18

EXTRA - RIO DE JANEIRO - RJ - GANHE MAIS
SEGURIDADE SOCIAL

INSS: Justiça libera R\$ 2,6 bilhões 20

JORNAL DO DIA - ARACAJU - SE - POLITICA
SEGURIDADE SOCIAL

Entenda proposta aprovada sobre reoneração da folha de pagamento - TRIBUNA 21

AGÊNCIA BRASIL - GERAL
SEGURIDADE SOCIAL

Caixa paga Bolsa Família a beneficiários com NIS de final 5	24
O GLOBO ONLINE - RJ - ECONOMIA SEGURIDADE SOCIAL	
Revisão em benefícios do INSS: cerca de 45 mil auxílios analisados foram cancelados, diz ministro	25
PORTAL TERRA - NOTÍCIAS SEGURIDADE SOCIAL	
Justiça Federal libera R\$ 2,6 bilhões em atrasados a beneficiários do INSS; veja como consultar	26
PORTAL TERRA - NOTÍCIAS SEGURIDADE SOCIAL	
É possível diminuir as parcelas do consignado? Veja como fazer	27
O GLOBO - RJ - ECONOMIA REFORMA TRIBUTÁRIA	
Governo vai propor alta de dois impostos em 2025	28
VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL REFORMA TRIBUTÁRIA	
Reforma não terá meta fiscal como alvo, diz Haddad	29
A TRIBUNA - ES - ECONOMIA REFORMA TRIBUTÁRIA	
Governo prepara mudanças no IR	30
DIÁRIO DO COMÉRCIO - BELO HORIZONTE - MG - LEGISLAÇÃO RECEITA FEDERAL DO BRASIL	
Governo prepara mudanças no Imposto de Renda em 2025	32
CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS	
Haddad prevê aumento de tributos	34
O GLOBO - RJ - ECONOMIA TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS	
Caixa quer ser um dos grandes operadores de "bets" no país	35
VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL ECONOMIA	
Redução da dívida pública está sob risco, diz tribunal	36
VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS ECONOMIA	
Sinais do BC ampliam incerteza no mercado e dólar encosta em R\$ 5,60	37
VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS ECONOMIA	
Galípolo diz que suas falas não excedem ata	39
DIÁRIO DO COMÉRCIO - BELO HORIZONTE - MG - LEGISLAÇÃO ECONOMIA	
Selic corrigirá dívidas civis e indenizações, decide o STJ	40

Arrecadação cresce 9,5%

RAFAELA GONÇALVES

A arrecadação federal de **impostos** e contribuições somou R\$ 231 bilhões em julho, um aumento real (descontada a **inflação**) de 9,5%, na comparação com o mesmo mês do ano passado. Segundo os dados da **Receita Federal**, esse foi o maior valor para o mês da série histórica, iniciada em 1995.

De janeiro a julho, a Receita arrecadou R\$ 1,5 trilhão - alta de 9,1% ante o mesmo período de 2023, registrando também um recorde para os primeiros sete meses do ano. A máxima anterior foi registrada em 2022, quando a arrecadação bateu R\$ 1,42 trilhão. No mês, as receitas administradas pelo órgão somaram R\$ 214,8 bilhões, representando avanço real de 9,8%. Segundo o Fisco, os recordes ocorrem após a aprovação pelo Congresso de uma série de medidas arrecadatórias, como a tributação de fundos exclusivos, os "offshores".

"Para julho, assim como para 2024 como um todo, contribuíram para o sucesso da arrecadação o bom desempenho macroeconômico e a adoção de medidas legislativas no campo tributário, no ano passado, a partir das propostas do Ministério da Fazenda", destacou o economista-chefe da Warren Investimentos, Felipe Salto.

As receitas com o Programa de Integração Social e Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PIS/Pasep) e com a Contribuição para o Financiamento da **Seguridade Social** (Cofins) somaram R\$ 45,2 bilhões em julho, representando crescimento real de 21,9% em relação ao mesmo mês de 2023. Houve ainda crescimento do Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e Contribuição Social Sobre Lucro Líquido (CSLL), que incide sobre o lucro das empresas. O recolhimento desses dois **tributos** sobre as empresas somou R\$ 52,1 bilhões, no mês passado, com crescimento de 6,1% sobre o mesmo intervalo de 2023. Já a Receita Previdenciária totalizou uma arrecadação de R\$ 53,5 bilhões, com expansão de 6%, na mesma base de comparação. Foi registrada também receita atípica devido à calamidade no Rio Grande do Sul.

Apesar do desempenho positivo da arrecadação, o governo anunciou, no mês passado, congelamento de R\$ 15 bilhões de despesas devido ao crescimento de gastos obrigatórios e à frustração nas receitas em relação ao projetado originalmente no Orçamento.

Uma frustração foi mudança no voto de desempate dos julgamentos do **Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf)**. O governo previa arrecadar R\$ 55,6 bilhões com a medida, contudo, reduziu a estimativa para R\$ 37,7 bilhões.

Segundo o chefe do Centro de Estudos Tributários e Aduaneiros da Receita, Claudemir Malaquias, até o fim do ano, ainda há outras quatro parcelas de R\$ 87 milhões para entrar, além de outros processos que estão sendo negociados com contribuintes que foram condenados com voto de desempate. "Foram criadas novas equipes para acelerar as negociações com os contribuintes", contou.

Outra frustração de receita foi com subsídios, pois o Fisco deixou de arrecadar R\$ 10,1 bilhões em julho devido a prorrogação das desonerações tributárias concedidas a diversos segmentos da economia. No acumulado dos sete primeiros meses do ano, R\$ 72,3 bilhões deixaram de entrar nos cofres públicos. Uma das preocupações da equipe econômica é a manutenção da desoneração da folha de pagamentos neste ano. Somente em junho, o benefício significou uma renúncia de R\$ 1,8 bilhão.

O projeto aprovado, nesta semana, no Senado, deixou de fora as medidas de compensação sugeridas pela Fazenda, de aumento da alíquota da CSLL e do Imposto de Renda sobre os Juros sobre Capital Próprio (JCP).

Ao comentar os resultados, Malaquias afirmou que o texto "foi uma construção que partiu do poder Legislativo" e disse que a Receita só se manifestará após a tramitação final do texto, que seguiu para análise da Câmara dos Deputados.

"Todas essas medidas, algumas tributárias e outras financeiras, serão todas avaliadas e, a partir do momento em que recebermos o texto do Congresso, vamos nos manifestar", afirmou.

Na avaliação do economista Murilo Viana, consultor sênior da GO Associados, a proposta de compensação é uma "solução de meio", em que tanto o governo quanto o Senado precisaram ceder. "Do ponto de vista fiscal, a desoneração significa uma perda de arrecadação relevante, especialmente relevante em contexto que o governo conta os centavos para cumprir o arcabouço fiscal. Para além de 2024, o cenário fiscal será muito desafiador", alertou.

Site:

<https://flip.correiobraziliense.com.br/edicao/impressa/6326/22-08-2024.html?all=1>

Arrecadação federal bate recorde em julho e alcança R\$ 231 bi

FERNANDA TRISOTTO

A arrecadação de **impostos** e contribuições federais somou R\$ 231,044 bilhões em julho, alta real (descontada a **inflação**) de 9,55% na comparação com o resultado de julho de 2023, quando o recolhimento de **tributos** somou R\$ 201,829 bilhões, a preços correntes.

Em relação a junho, quando o montante foi de R\$ 208,844 bilhões, a arrecadação subiu 10,21%, em termos reais. Segundo a Receita, o resultado de julho de 2024, descontada a **inflação**, é o melhor para o mês na série histórica, iniciada em 1995.

O Fisco destacou que o resultado de julho foi impulsionado pela melhora no desempenho da arrecadação do PIS/Cofins, como a retomada da tributação sobre combustíveis. O coordenador substituto de previsão e análise da **Receita Federal**, Fabio Castro, explicou que, além da reoneração de combustíveis e do bom desempenho da economia, a questão do Rio Grande do Sul também influencia. "Os **tributos** que seriam devidos em abril foram recolhidos em julho, e o Simples que deveria ser recolhido em junho está sendo recolhido em julho." Nos sete meses de 2024, a arrecadação federal somou R\$ 1,530 trilhão. Segundo a Receita, esse é o melhor resultado para o período na série iniciada em 1995. O montante representa aumento real de 9,15% na comparação com os sete primeiros meses de 2023.

Em relação ao acumulado do ano, a Receita destacou o aumento da arrecadação de Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF), em função da tributação dos fundos exclusivos e offshore, a melhora do desempenho de arrecadação de PIS/Cofins, o Imposto de Importação e o IPI vinculado à importação, em razão do aumento das alíquotas médias. Também houve recolhimento de cerca de R\$ 7,4 bilhões sobre atualização de bens e direitos no exterior. |

Site: <https://acesso.estadao.com.br>

Carf afasta IR sobre benefícios recebidos por magistrado para moradia e alimentação

Marcela Villar De São Paulo Uma decisão do **Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf)** afastou a incidência de Imposto de Renda (IR) sobre auxílio-moradia e auxílio-alimentação recebidos por um magistrado do Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina (TJSC). O julgamento, na 1ª Turma Extraordinária da 2ª Seção de Julgamento, foi unânime.

O valor desses benefícios é relevante para os cofres públicos.

Só no ano de 2023 foram gastos R\$ 11,1 bilhões com auxílio-alimentação e saúde para magistrados e pessoal administrativo, indica o "Justiça em Números 2024", relatório divulgado em junho pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ). O auxílio-moradia, diárias e passagens custaram R\$ 4,7 bilhões. As duas rubricas representaram 12% do total de R\$ 132,7 bilhões de despesas que a Justiça teve no ano passado.

Para os conselheiros que proferiram a decisão, a isenção sobre o auxílio-moradia independe da comprovação do uso dos valores para pagamento de aluguel de imóvel, por conta da natureza indenizatória da verba. Já em relação ao auxílio-alimentação, a cobrança, de acordo com eles, não deve ocorrer por conta do princípio da isonomia tributária, já que os magistrados da Justiça Federal não pagam IR sobre o benefício.

O acórdão ainda exclui da base de cálculo do tributo os juros de mora devidos pelo atraso no pagamento de verbas remuneratórias, algo já pacificado pelos ministros do Supremo Tribunal Federal (STF), em 2021, em repercussão geral (RE 855091).

Segundo tributaristas, o que mais chama a atenção no acórdão, publicado em abril, é a isenção sobre auxílio-moradia. Isso porque o subsídio perderia o caráter indenizatório quando existe um imóvel oficial disponível para o magistrado, mas ele se recusa a usá-lo para receber o benefício.

Para a fiscalização, seria ainda preciso provar que o subsídio custeia a locação.

Ofiscal que lavrou auto de infração se baseou na Solução de Consulta nº 84, de 2014, da Coordenação-Geral de Tributação (Cosit). Ela determina que a

comprovação seja feita por recibo de locação ou contrato de aluguel. No caso do magistrado de Santa Catarina, o servidor não teria comprovado que os valores recebidos foram despendidos como aluguel.

Por isso, deveria ser tributado.

Alguns acórdãos antigos do **Carf** vão no mesmo sentido (processo nº 10183.001513/2007-75).

Agora, porém, os conselheiros julgam ser desnecessária a comprovação.

O relator, o conselheiro Rodrigo Alexandre Lazaro Pinto, cita um precedente do **Carf** (acórdão nº 2001-006.160), de junho de 2023, em que foi afastada a necessidade da comprovação.

Ele indica, contudo, que se houver um imóvel disponível para o juiz e ele optar por não utilizá-lo para receber o auxílio-moradia, "o valor recebido perderá sua característica indenizatória, eis que contingente à escolha do beneficiário".

A ação chegou ao tribunal administrativo em junho de 2015. Segundo o acórdão, houve uma omissão de rendimentos no valor de R\$ 136,8 mil referente ao Imposto de Renda do ano de 2012 do magistrado.

Da decisão, cabe recurso.

Para a fiscalização, não há lei que isente o auxílio-alimentação para **servidores públicos** estaduais, apenas para os federais. E que só é isento de tributação o auxílio-moradia recebido em substituição ao direito de imóvel funcional, previsão que está na Lei Orgânica da Magistratura Nacional (Loman).

Em sua defesa, o magistrado alega ter agido de boa-fé e que o TJSC, fonte pagadora e responsável pelo informe de rendimentos, é quem deveria ter feito a retenção e recolhimento do IR. Por isso, ele não poderia ser penalizado pelo equívoco. Também argumenta que a Lei Complementar estadual nº 367/2006 assegura o "caráter indenizatório" do auxílio-alimentação e moradia, portanto, deveriam ser isentos.

Ao Valor, o TJSC disse que lançou as referidas verbas como "rendimentos isentos não tributáveis", mesmo entendimento indicado na decisão do **Carf**.

A natureza jurídica da verba - se remuneratória ou indenizatória - é o que define a cobrança ou não do imposto. De acordo com o artigo 43 do Código Tributário Nacional (CTN), "a incidência do imposto de renda recai sobre o acréscimo patrimonial", lembra o conselheiro relator. Caberia, então, verificar "a inserção de novas riquezas ao patrimônio do contribuinte" (processo nº 11516.721765/2014-05).

Sobre o auxílio-alimentação, diz Lazaro Pinto, o valor serve para "custear o servidor estadual em suas despesas com alimentação, ou seja, não se traduzindo em um crescimento patrimonial decorrente do trabalho, mas pelo trabalho".

Para o tributarista Caio Malpighi, do escritório VBSO Advogados, o acórdão respeita a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça - STJ (Pedido de Uniformização de Interpretação de Lei nº 1316). "Não é porque não existe a hipótese de isenção que isso é renda tributável. Se tem caráter indenizatório, recompondo gastos, não deve incidir, porque a verba tem a finalidade de indenizar o contribuinte por um custo de vida que ele teve, que é o caso da alimentação", afirma. "Não gera acréscimo patrimonial, por isso, não poderia ser tratada como renda", acrescenta.

Leandro Cabral, sócio do Velloza Advogados, diz que a turma focou menos nos aspectos do caso concreto e enfrentou as problemáticas como teses. Para o tributarista, também é incomum o **Carf** não pedir provas em casos de natureza indenizatória. "Na maioria dos casos se considera necessário comprovar a destinação", afirma. "Ele quase inverte o ônus, dá a entender que quem deveria provar ser não indenizatório é o Fisco." Segundo Cabral, em geral, os casos que dispensam a prova são aqueles em que há previsão expressa na lei. "É uma decisão que diverge da jurisprudência sobre natureza indenizatória ao reputar que a isenção seria aplicável pela própria rubrica e não pelas provas", diz.

"É uma decisão que diverge da jurisprudência sobre natureza indenizatória" Leandro Cabral

Site: <https://valor.globo.com/virador/#/edition/187964>

Arrecadação soma R\$ 231 bi em julho

A arrecadação de **impostos** e contribuições federais somou R\$ 231,044 bilhões em julho de 2024, uma alta real (descontada a **inflação**) de 9,55% na comparação com o resultado de julho de 2023, quando o recolhimento de **tributos** somou R\$ 201,829 bilhões, a preços correntes. As informações foram divulgadas na manhã desta quinta-feira, 22, pela **Receita Federal**. Em relação a junho, quando o montante foi de R\$ 208,844 bilhões, a arrecadação subiu 10,21%, em termos reais. De acordo com a Receita, o resultado de julho de 2024, em termos reais, é o melhor para o mês na série histórica, iniciada em 1995. O resultado das receitas veio praticamente no teto das estimativas das instituições do mercado financeiro ouvidas pelo Projeções Broadcast, que apontava que a arrecadação do mês ficaria dentro do intervalo de R\$ 207 bilhões a R\$ 231,9 bilhões. A mediana das expectativas era de R\$ 224,85 bilhões. O Fisco destacou que o resultado de julho foi impulsionado pela melhora no desempenho da arrecadação do PIS/ Cofins, como a retomada da tributação sobre combustíveis. Também foi destacado o desempenho dos **tributos** do comércio exterior, em função da alta do volume de importações, alíquotas médias e taxa de câmbio. Ainda sobre o desempenho mensal, a Receita ponderou que houve crescimento do IRPJ/ CSLL por causa do desempenho do balanço trimestral e da estimativa mensal recolhida pelas entidades financeiras e empresas que optam pelo lucro presumido. Acumulado Nos sete meses de 2024, a arrecadação federal somou R\$ 1,530 trilhão. Segundo a Receita, esse é o melhor resultado para o período na série histórica, iniciada em 1995. O montante representa um aumento real de 9,15% na comparação com os sete primeiros meses de 2023. Em relação ao acumulado do ano, a Receita destacou o aumento da arrecadação de IRRF, em função da tributação dos fundos exclusivos e offshore, a melhora do desempenho de arrecadação de PIS/Cofins, o desempenho do Imposto de Importação e do IPI vinculado à Importação, em razão do aumento das alíquotas médias. Também foi destacado o recolhimento de cerca de R\$ 7,4 bilhões sobre atualização de bens e direitos no exterior

Consulta ao 4º lote liberada hoje

Consulta ao 4º lote de restituição do Imposto de Renda Pessoa Física (IRPF) é liberado hoje, 23. Em Mato Grosso, serão devolvidos R\$ 158,2 milhões para 119.039 contribuintes, informa a **Receita Federal** (RF). Com as restituições dos 3 últimos lotes foram devolvidos R\$ 588,6 milhões a 364.389 contribuintes mato-grossenses, informa o Fisco. Por todo o Brasil, 5,3 milhões de restituições serão pagas, somando R\$ 6,8 bilhões, considerando o público prioritário e não prioritário, além de restituições residuais de exercícios anteriores. A partir das 10h, horário de Brasília (DF), os contribuintes de todo o país poderão realizar a consulta no site da **Receita Federal**. Os valores a serem restituídos serão creditados no dia 30 de agosto, em conta bancária de titularidade do contribuinte e informada no ato de entrega da declaração do IRPF. Caso o contribuinte não resgate o valor de sua restituição no prazo de um ano, deverá requerê-lo pelo portal e-CAC, disponível no site da **Receita Federal**. (SB)

Arrecadação federal cresceu 9,55% e chegou a R\$ 231,04 bilhões em julho

A arrecadação da União com **impostos** e outras receitas teve recorde para o mês de julho, alcançando R\$ 231,04 bilhões, segundo dados divulgados nessa quinta-feira (22), pela **Receita Federal**. O resultado representa aumento real de 9,55%, ou seja, descontada a **inflação**, em valores corrigidos pelo índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), em comparação com julho de 2023.

Também é o melhor desempenho arrecadatário para o acumulado de janeiro a julho. No período, a arrecadação alcançou o valor de R\$ 1,53 trilhão, representando um acréscimo pelo IPCA de 9,15%.

Quanto às recatas administradas pelo órgão, o valor arrecadado no mês passado ficou em R\$ 214,79 bilhões, representando acréscimo real de 9,85%. No acumulado do ano, arrecadação da Receita alcançou R\$ 1,45 trilhão, alta real de 9,07%.

Os resultados foram influenciados positivamente pelas variáveis macroeconômicas, resultado do comportamento da atividade produtiva e, de forma atípica, pela tributação dos fundos exclusivos, atualização de bens e direitos no exterior e pelo retomo da tributação do Programa de Integração Social/Contribuição para Financiamento da **Segurança Social** (HS/Cofins) sobre combustíveis.

Ainda, houve aumento da arrecadação no mês em razão da situação de calamidade ocorrida no Rio Grande do Sul, pela prorrogação dos prazos para o recolhimento de **tributos** em alguns municípios gaúchos. Por outro lado, a situação levou à perda de arrecadação no acumulado do ano. O estado foi atingido por enchentes nos meses de abril e maio, o pior desastre climático da sua história, com a destruição de estruturas e impacto a famílias e empresas. Dos 497 municípios gaúchos, 478 foram afetados.

Receitas atípicas

No acumulado do ano, a **Receita Federal** estima em R\$ 7,3 bilhões a perda de arrecadação com o diferimento de **tributos** federais em razão dos decretos de calamidade pública dos municípios do Rio Grande do Sul.

Considerando apenas o mês de julho, houve uma

receita extra de R\$ 700 milhões pela prorrogação dos prazos para o recolhimento de **tributos** em alguns municípios gaúchos. Contribuições previdenciárias com vencimentos em abril maio e junho de 2024 foram postergadas para julho, agosto e setembro de 2024, respectivamente. Enquanto o Simples Nacional com vencimento em maio foi postergado para junho e o com vencimento em junho foi postergado para julho.

Em julho, houve recolhimento extra de R\$ 270 milhões do Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF) - Rendimentos de Capital referente à tributação de fundos exclusivos, o que não ocorreu no mesmo mês de 2023. De janeiro a julho, essa arrecadação extra chegou a R\$ 13 bilhões. A lei que muda o Imposto de Renda incidente sobre fundos de investimentos fechados e sobre a renda obtida no exterior por meio de offshores foi sancionada em dezembro do ano passado.

Ainda assim, no total do mês de julho, a arrecadação do IRRF-Rendimento de Capital teve redução de 1,11% em relação a julho de 2023, alcançando R\$ 8,75 bilhões, resultado, principalmente, da queda de receitas de aplicações e fundos de renda fixa. Já no acumulado do ano, a arrecadação com esse item chega a R\$ 81,93 bilhões, crescimento real de 17,83%, sendo R\$ 13 bilhões decorrentes da tributação dos fundos exclusivos.

Com base na mesma lei das offshores, as pessoas físicas que moram no Brasil e mantêm aplicações financeiras, lucros e dividendos de empresas controladas no exterior tiveram até 31 de maio para atualizar seus bens e direitos no exterior. Com isso, no acumulado do ano, o Imposto de Renda Pessoa Física apresentou uma arrecadação de R\$ 45,36 bilhões, com crescimento real de 1814%. Só com a regularização, foram arrecadados R\$ 7,49 bilhões.

Site:

<https://digital.maven.com.br/pub/correiodesergipe/index.jsp?serviceCode=logins&edicao=134954>

Cursos gratuitos para profissionais de educação - SERVIDOR

Gustavo Silva

A Fundação Cecierj está com inscrições abertas para o terceiro período letivo de 2024 do Programa de Formação Continuada de Professores, que pode beneficiar também os **servidores públicos** da Educação. Segundo a instituição, são oferecidas 6.200 vagas gratuitas em Ciências da Natureza, Ciências Humanas, Educação Especial e Inclusiva, Linguagens e Códigos, Matemática, Prática Docente e Tecnologia Educacional.

A capacitação, feita na modalidade à distância, é voltada para professores do ensino fundamental II e do ensino médio, bem como para profissionais da educação básica. Para participar, é preciso ser profissional da Educação em exercício, professor licenciado ou estudante de licenciatura.

Os interessados podem se inscrever até 8 de setembro, em <https://www.cecierj.edu.br/extensao>.

[edu.br/extensao](https://www.cecierj.edu.br/extensao).

Associação critica governo por só nomear auditores fiscais em 2025

Após a ministra Esther Dweck, da Gestão e Inovação em Serviços Públicos, dizer que a convocação de 199 candidatos aprovados no último concurso para a **Receita Federal** só deverá ocorrer em 2025, a **Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal (Anfip)** criticou a decisão.

Segundo a entidade, a fala da ministra foi "um balde de água fria", por frustrar a necessidade de reformulação do quadro funcional e as expectativas dos candidatos aprovados na seleção. "É consenso que a **Receita Federal do Brasil** está carente de Auditores Fiscais, cujo número de ativos diminui ano a ano", afirma a **Anfip**.

Site: <https://extra-globo.pressreader.com/extra>

Receita abre consulta ao 4º lote do IR

A **Receita Federal** abre hoje, às 10h, a consulta ao 4º lote de restituições do Imposto de Renda 2024. Ao todo, mais de 5,34 milhões de contribuintes serão contemplados, no valor total de R\$ 6,8 bilhões. O crédito será depositado no dia 30 de agosto. Para consultar a restituição, basta acessar o site da Receita. (Correio Braziliense)

Site:

<https://impresso.diariodepernambuco.com.br/noticia/cadernos/economia/2024/08/receita-abre-consulta-ao-4-lote-do-ir.html>

Receita abre nesta sexta consulta ao 4º lote do Imposto de Renda

A **Receita Federal** abre, nesta sexta-feira (23), às 10h, a consulta ao quarto lote de restituição do Imposto de Renda Pessoa Física (IRPF) 2024. O pagamento será feito no próximo dia 30 de agosto para 5.347.441 contribuintes.

Neste lote, o valor total das restituições é de mais de R\$ 6,8 bilhões. Esse lote contempla também restituições residuais de exercícios anteriores, de contribuintes que caíram na malha fina e regularizaram as pendências com o Fisco.

Do valor total, R\$ 469,1 milhões serão destinados a contribuintes com prioridade: 15.077 idosos acima de 80 anos de idade; 84.659 com idade entre 60 e 79 anos; 7.168 contribuintes com alguma deficiência física ou mental ou moléstia grave; e 27.372 contribuintes cuja maior fonte de renda seja o magistério.

Também há 261.019 contribuintes sem prioridade legal, mas que receberão neste lote por terem usado a declaração pré-preenchida ou optado por receber a restituição por meio de Pix. Foram contemplados ainda 4.904.908 contribuintes não prioritários. Por fim, foram incluídas no lote 47.238 restituições de contribuintes priorizados em razão do estado de calamidade decretado no Rio Grande do Sul.

Para saber se teve a declaração liberada, o contribuinte deve acessar a página da Receita na internet, clicar em "Meu Imposto de Renda" e, em seguida, em "Consultar a Restituição". Também é possível fazer a consulta no aplicativo da **Receita Federal** para tablets e smartphones.

Caso o contribuinte não esteja na lista, deverá entrar no Centro Virtual de Atendimento ao Contribuinte (e-CAC) e tirar o extrato da declaração. Se houver pendência, pode enviar a declaração retificadora, corrigindo as informações equivocadas, e esperar os próximos lotes da malha fina.

Receita da União com impostos cresce 9,5% em julho e atinge nova máxima

Rafaela Gonçalves

+

A arrecadação federal de **impostos** e contribuições somou R\$ 231 bilhões em julho, um aumento real (descontada a **inflação**) de 9,5%, na comparação com o mesmo mês do ano passado. Segundo os dados da **Receita Federal**, esse foi o maior valor para o mês da série histórica, iniciada em 1995.

De janeiro a julho, a Receita arrecadou R\$ 1,5 trilhão - alta de 9,1% ante o mesmo período de 2023, registrando também um recorde para os primeiros sete meses do ano. A máxima anterior foi registrada em 2022, quando a arrecadação bateu R\$ 1,42 trilhão. No mês, as receitas administradas pelo órgão somaram R\$ 214,8 bilhões, representando avanço real de 9,8%. Segundo o Fisco, os recordes ocorrem após a aprovação pelo Congresso de uma série de medidas arrecadatórias, como a tributação de fundos exclusivos, os offshores .

Para julho, assim como para 2024 como um todo, contribuíram para o sucesso da arrecadação o bom desempenho macroeconômico e a adoção de medidas legislativas no campo tributário, no ano passado, a partir das propostas do Ministério da Fazenda , destacou o economista-chefe da Warren Investimentos, Felipe Salto.

As receitas com o Programa de Integração Social e Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PIS/Pasep) e com a Contribuição para o Financiamento da **Seguridade Social** (Cofins) somaram R\$ 45,2 bilhões em julho, representando crescimento real de 21,9% em relação ao mesmo mês de 2023. Houve ainda crescimento do Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e Contribuição Social Sobre Lucro Líquido (CSLL), que incide sobre o lucro das empresas. O recolhimento desses dois **tributos** sobre as empresas somou R\$ 52,1 bilhões, no mês passado, com crescimento de 6,1% sobre o mesmo intervalo de 2023. Já a Receita Previdenciária totalizou uma arrecadação de R\$ 53,5 bilhões, com expansão de 6%, na mesma base de comparação. Foi registrada também receita atípica devido à calamidade no Rio Grande do Sul.

Apesar do desempenho positivo da arrecadação, o governo anunciou, no mês passado, congelamento de R\$ 15 bilhões de despesas devido ao crescimento de

gastos obrigatórios e à frustração nas receitas em relação ao projetado originalmente no Orçamento. Uma frustração foi mudança no voto de desempate dos julgamentos do **Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf)**. O governo previa arrecadar R\$ 55,6 bilhões com a medida, contudo, reduziu a estimativa para R\$ 37,7 bilhões.

Segundo o chefe do Centro de Estudos Tributários e Aduaneiros da Receita, Claudemir Malaquias, até o fim do ano, ainda há outras quatro parcelas de R\$ 87 milhões para entrar, além de outros processos que estão sendo negociados com contribuintes que foram condenados com voto de desempate. Foram criadas novas equipes para acelerar as negociações com os contribuintes , contou.

Outra frustração de receita foi com subsídios, pois o Fisco deixou de arrecadar R\$ 10,1 bilhões em julho devido a prorrogação das desonerações tributárias concedidas a diversos segmentos da economia. No acumulado dos sete primeiros meses do ano, R\$ 72,3 bilhões deixaram de entrar nos cofres públicos. Uma das preocupações da equipe econômica é a manutenção da desoneração da folha de pagamentos neste ano. Somente em junho, o benefício significou uma renúncia de R\$ 1,8 bilhão.

O projeto aprovado, nesta semana, no Senado, deixou de fora as medidas de compensação sugeridas pela Fazenda, de aumento da alíquota da CSLL e do Imposto de Renda sobre os Juros sobre Capital Próprio (JCP).

Ao comentar os resultados, Malaquias afirmou que o texto foi uma construção que partiu do poder Legislativo e disse que a Receita só se manifestará após a tramitação final do texto, que seguiu para análise da Câmara dos Deputados. Todas essas medidas, algumas tributárias e outras financeiras, serão todas avaliadas e, a partir do momento em que recebermos o texto do Congresso, vamos nos manifestar , afirmou.

Na avaliação do economista Murilo Viana, consultor sênior da GO Associados, a proposta de compensação é uma solução de meio , em que tanto o governo quanto o Senado precisaram ceder. Do ponto de vista fiscal, a desoneração significa uma perda de arrecadação relevante, especialmente relevante em

contexto que o governo conta os centavos para cumprir o arcabouço fiscal. Para além de 2024, o cenário fiscal será muito desafiador , alertou.

A arrecadação federal de **impostos** e contribuições somou R\$ 231 bilhões em julho, um aumento real (descontada a **inflação**) de 9,5%, na comparação com o mesmo mês do ano passado. Segundo os dados da **Receita Federal**, esse foi o maior valor para o mês da série histórica, iniciada em 1995.

De janeiro a julho, a Receita arrecadou R\$ 1,5 trilhão - alta de 9,1% ante o mesmo período de 2023, registrando também um recorde para os primeiros sete meses do ano. A máxima anterior foi registrada em 2022, quando a arrecadação bateu R\$ 1,42 trilhão. No mês, as receitas administradas pelo órgão somaram R\$ 214,8 bilhões, representando avanço real de 9,8%. Segundo o Fisco, os recordes ocorrem após a aprovação pelo Congresso de uma série de medidas arrecadatórias, como a tributação de fundos exclusivos, os offshores .

Para julho, assim como para 2024 como um todo, contribuíram para o sucesso da arrecadação o bom desempenho macroeconômico e a adoção de medidas legislativas no campo tributário, no ano passado, a partir das propostas do Ministério da Fazenda , destacou o economista-chefe da Warren Investimentos, Felipe Salto.

As receitas com o Programa de Integração Social e Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PIS/Pasep) e com a Contribuição para o Financiamento da **Seguridade Social** (Cofins) somaram R\$ 45,2 bilhões em julho, representando crescimento real de 21,9% em relação ao mesmo mês de 2023. Houve ainda crescimento do Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e Contribuição Social Sobre Lucro Líquido (CSLL), que incide sobre o lucro das empresas. O recolhimento desses dois **tributos** sobre as empresas somou R\$ 52,1 bilhões, no mês passado, com crescimento de 6,1% sobre o mesmo intervalo de 2023. Já a Receita Previdenciária totalizou uma arrecadação de R\$ 53,5 bilhões, com expansão de 6%, na mesma base de comparação. Foi registrada também receita atípica devido à calamidade no Rio Grande do Sul.

Apesar do desempenho positivo da arrecadação, o governo anunciou, no mês passado, congelamento de R\$ 15 bilhões de despesas devido ao crescimento de gastos obrigatórios e à frustração nas receitas em relação ao projetado originalmente no Orçamento. Uma frustração foi mudança no voto de desempate dos julgamentos do **Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf)**. O governo previa arrecadar R\$ 55,6 bilhões com a medida, contudo, reduziu a

estimativa para R\$ 37,7 bilhões.

Segundo o chefe do Centro de Estudos Tributários e Aduaneiros da Receita, Claudemir Malaquias, até o fim do ano, ainda há outras quatro parcelas de R\$ 87 milhões para entrar, além de outros processos que estão sendo negociados com contribuintes que foram condenados com voto de desempate. Foram criadas novas equipes para acelerar as negociações com os contribuintes , contou.

Outra frustração de receita foi com subsídios, pois o Fisco deixou de arrecadar R\$ 10,1 bilhões em julho devido a prorrogação das desonerações tributárias concedidas a diversos segmentos da economia. No acumulado dos sete primeiros meses do ano, R\$ 72,3 bilhões deixaram de entrar nos cofres públicos. Uma das preocupações da equipe econômica é a manutenção da desoneração da folha de pagamentos neste ano. Somente em junho, o benefício significou uma renúncia de R\$ 1,8 bilhão.

O projeto aprovado, nesta semana, no Senado, deixou de fora as medidas de compensação sugeridas pela Fazenda, de aumento da alíquota da CSLL e do Imposto de Renda sobre os Juros sobre Capital Próprio (JCP).

Ao comentar os resultados, Malaquias afirmou que o texto foi uma construção que partiu do poder Legislativo e disse que a Receita só se manifestará após a tramitação final do texto, que seguiu para análise da Câmara dos Deputados. Todas essas medidas, algumas tributárias e outras financeiras, serão todas avaliadas e, a partir do momento em que recebermos o texto do Congresso, vamos nos manifestar , afirmou.

Na avaliação do economista Murilo Viana, consultor sênior da GO Associados, a proposta de compensação é uma solução de meio , em que tanto o governo quanto o Senado precisaram ceder. Do ponto de vista fiscal, a desoneração significa uma perda de arrecadação relevante, especialmente relevante em contexto que o governo conta os centavos para cumprir o arcabouço fiscal. Para além de 2024, o cenário fiscal será muito desafiador , alertou.

Site:

<https://www.correiobraziliense.com.br/economia/2024/08/6926178-receita-da-uniao-com-impostos-cresce-95-em-julho-e-atinge-nova-maxima.html>

País vai envelhecer mais rápido e preocupações aumentam

Lucianne Carneiro e Rafael Rosas Do Rio

As novas projeções populacionais do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) apontam que a população brasileira deve começar a diminuir em 2042, após atingir pico de 220,425 milhões de pessoas em 2041. Por causa da pandemia, o fenômeno deve ocorrer seis anos antes do que era previsto anteriormente. A mudança na estrutura etária brasileira em curso e o aumento da parcela dos idosos na população vai se intensificar. Quase 40% dos habitantes país devem ter 60 anos ou mais em 2070. A parcela daqueles de 80 anos ou mais será de 11,4%.

Os números renovam as preocupações com os principais desafios **impostos** pelo envelhecimento da população: custos maiores para saúde, tanto pública quanto privada, para a Previdência e para o mercado de trabalho, que terá um contingente menor de pessoas em idade ativa, apontam especialistas.

"É impressionante a velocidade da mudança na estrutura etária no Brasil. A proporção de pessoas em idade ativa vai diminuir e a parcela dos idosos vai aumentar. Para a Previdência, isso significa que reduz quem contribui e avança muito quem recebe. Se for mantido o regime atual, vai quebrar", afirma o demógrafo José Eustáquio Diniz Alves, professor aposentado da Escola Nacional de Ciências Estatísticas (Ence), ligada ao IBGE, ao destacar que "é inevitável" falar em reforma da Previdência, a despeito das dificuldades do tema e das perdas para a população como um todo.

O estudo Projeções da População 2024 tem estimativas para a evolução da população brasileira até 2070 e revisa os dados a partir de 2000. O trabalho atualiza a última edição, divulgada em 2018, e pela primeira vez incorpora informações do Censo Demográfico 2022.

Os dados apontam que a participação das pessoas de 60 anos ou mais no total do país deve passar dos 15,6% em 2023 para 37,8% em 2070, último ano contemplado pela análise. Mesmo considerando o marco de 65 anos para definir o grupo dos idosos, a parcela ainda se mantém relevante: avança de 10,8% em 2023 para 31% em 2070.

Os números mostram também o que Alves descreve como "o envelhecimento do envelhecimento". Um em cada dez habitantes em 2070 terá 80 anos ou mais. Hoje, esse grupo representa apenas 2,2% da população brasileira.

"A gente vê mudança bem nítida da composição da população por grupos etários. O Brasil deixa de ser um país jovem para ser um país de estrutura populacional mais velha", diz o gerente de Projeções e Estimativas Populacionais do IBGE, Mareio Mitsuo Minamiguchi.

O economista sênior da LCA Consultores Francisco Pessoa Faria afirma que as novas projeções do IBGE retomam a importância do debate sobre uma nova reforma da Previdência, mas que o aumento da idade da aposentadoria não deve ser o foco, na sua avaliação. Neste contexto, José Eustáquio Diniz Alves defende que as mudanças devem começar pelos setores mais privilegiados, como os militares e servidores do judiciário.

"É preciso pensar que tipo de reforma de Previdência se quer. Não acho que aumentar a idade seja a melhor hipótese, diante dos limites físicos e até tecnológicos", diz o economista da LCA.

Outro desafio é o custo das despesas de saúde com uma população mais envelhecida, citado pelo demógrafo Ricardo Ojima, chefe do Departamento de Demografia e Ciências Atuariais da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), como o mais importante no debate. Os impactos, lembra, atingem o setor público, mas também o privado.

"Os desafios do envelhecimento estão relacionados principalmente a serviços públicos de **previdência social**, mas as questões relacionadas ao atendimento à saúde da população idosa se destacam. Os gastos públicos e privados [com saúde] são muito maiores [com população mais velha] que se tivesse proporção maior de crianças", nota.

Para Francisco Pessoa Faria, a necessidade de recursos para a área coloca em debate uma eventual flexibilidade dos pisos para saúde e educação no Orçamento. Com os dados atualizados do Censo, ele argumenta que é possível planejar melhor políticas públicas de acordo com a faixa etária da população. Muito se fala sobre a criação de escolas ou hospitais,

mas o economista lembra a importância da política de cuidados-como lares para idosos -, de maneira a liberar população em idade ativa para o trabalho.

"O mercado de trabalho vai sofrer pressão contrária ao que ocorre hoje. Haverá mais necessidade de pessoas jovens para dar conta dessa redução de pessoas em idade ativa", pondera Ricardo Ojima.

O cenário projetado pelo IBGE é baseado no ritmo cada vez menor de crescimento da população brasileira nos últimos anos - confirmado no Censo Demográfico 2022 - e considera o ano de 2042 como o primeiro de recuo, inicialmente de apenas 0,01%. A partir daí, no entanto, essa velocidade de queda da população se acelera até chegar a -0,67% em 2070, último ano de referência das projeções atualizadas pelo IBGE.

"Tem antecipação [do início da queda da população], mas é pequena. O pico da população também é menor. Depois da pandemia a queda [da fecundidade] foi mais intensa", afirma Minamiguchi.

Alagoas e Rio Grande do Sul serão os primeiros Estados brasileiros a vivenciarem a redução populacional, a partir de 2027. Onze Estados darão início ao processo antes do Brasil, entre eles Rio de Janeiro (a partir de 2028); São Paulo (2037); e Minas Gerais, Pernambuco e Rio Grande do Norte (2039). Mato Grosso será o único Estado em que não haverá redução populacional até 2070.

Para chegar às estimativas para a população nas próximas décadas, os técnicos combinam dados de fecundidade (número de filhos por mulher), nascimentos, mortes e migração. Pelo estudo do IBGE, a taxa de fecundidade - que era de 2,32 filhos por mulher em 2000 - caiu para 1,66 em 2020 e 1,57 em 2023. O indicador fica abaixo dos 2,1 do chamado nível de reposição, que é o número de filhos necessário para que a população se mantenha no mesmo patamar.

Após uma queda até 2016, a fecundidade teve alguma recuperação e depois voltou a cair até 2023, explica a analista do IBGE Maria França, que acredita na influência da pandemia no movimento, embora não seja possível avaliar sua magnitude. "Não dá para dizer o que se deve à pandemia e o que se refere à tendência de queda dos anos anteriores", diz.

A taxa de 1,57 filhos por mulher é classificada como "muito baixa" pela gerente de Estudos e Análises da Dinâmica Demográfica do IBGE, Izabel Marri, que lembra que o desafio não é apenas do Brasil. "Isso se vê em outros países também", nota.

O estudo do IBGE também informa que a idade média em que as mulheres tinham filhos era de 25,3 anos em 2000, passou a 27,7 anos em 2020 e deve chegar a 31,3 anos em 2070. De 2000 a 2023, a taxa de mortalidade infantil recuou de 28,1 para 12,5 óbitos por mil nascidos vivos. Esse indicador cairá para 5,8 em 2070.

"É impressionante a velocidade da mudança na estrutura etária" José Eustáquio Diniz Alves

Site:

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/187964?page=1§ion=1>

Brasil envelhece e tem desafios na Previdência

As novas projeções populacionais divulgadas ontem pelo IBGE, com base no Censo 2022, mostram que a população brasileira está envelhecendo mais rapidamente do que se esperava. Ela vai começar a diminuir em 2042, daqui a 18 anos, e chegará a 2070, último ano da projeção, com menos habitantes do que temos hoje: 199,2 milhões contra os 203 milhões atuais. A faixa etária de 60 anos para cima será a maior a partir de 2042, chegando a 2070 representando quase 40% da população.

Essa nova composição populacional terá implicações econômicas e nas políticas públicas de **Previdência Social**, saúde e educação, dizem especialistas. Ana Amélia Camarano, economista especializada em demografia, diz que a preocupação maior é como será a autonomia financeira e da vida diária desse população mais velha.

Uma das medidas é manter essa faixa etária mais tempo no mercado de trabalho: - Tem que investir na requalificação, principalmente em inclusão digital, retrainar esse pessoal para o mercado de trabalho - afirma.

O economista Samuel Pessôa, da Fundação Getulio Vargas (FGV), vê a necessidade de uma reforma da Previdência por década para equacionar: - Já gastamos 14% do **PIB** (Produto Interno Bruto) com a Previdência, não é possível aumentar mais esse gasto.

Sistema de saúde precisa ser reforçado

Além da Previdência, gastos com saúde vão subir, alerta a médica sanitária Lígia Bahia, da UFRJ. O envelhecimento vem acompanhado de doenças que demandam tratamento e remédios caros: - O mundo inteiro já está se preparando para isso, e o Brasil precisa se preparar também.

A transição demográfica praticamente pôs fim ao bônus demográfico, quando há mais pessoas em idade de trabalhar do que crianças e idosos.

- Com o fim do bônus, precisamos de um sistema educacional e de saúde muito bons, e de investimento em ciência e tecnologia - afirma o demógrafo José Eustáquio Diniz.

Site: <https://extra-globo.pressreader.com/extra>

INSS: Justiça libera R\$ 2,6 bilhões

Marcos Furtado marcos.furtado@oglobo.com.br

O Conselho da Justiça Federal (CJF) liberou R\$ 2,66 bilhões para o pagamento de atrasados a segurados do Instituto Nacional do Seguro Social.

O valor é referente a ações judiciais ganhas por 167.908 aposentados, pensionistas e beneficiários de auxílios do **INSS**. A liberação está ligada a sentenças proferidas no mês passado e contra as quais não cabe mais recurso.

O montante representa 87,7% de um total de R\$ 3 bilhões liberados pelo órgão para para o pagamento a 251.198 das chamadas Requisições de Pequeno Valor (RPVs). São indenizações a serem pagas pelo governo federal - no limite de até 60 salários mínimos (R\$ 84.720) - para quem moveu ações contra diferentes órgãos da União e ganhou.

Dentro desse grupo, os segurados do **INSS** que pediram revisões de aposentadorias, auxílios-doença, pensões e outros benefícios representam a grande maioria de beneficiários, portanto.

No caso desses processos com pagamento liberado, há o chamado trânsito em julgado, ou seja: não há mais chance de recurso.

Herdeiros de beneficiários que já faleceram também têm direito ao pagamento dos atrasados, desde que consigam comprovar legalmente o vínculo.

Benefícios na segunda

Os aposentados e os pensionistas do **INSS** começarão a receber na segunda-feira que vem (26) os benefícios referentes à folha de agosto. Os primeiros a terem o depósito em conta serão os que ganham até um salário mínimo (R\$ 1.412). O pagamento leva em conta o número final do cartão de benefício, sem considerar o último dígito verificador que aparece depois do traço. Para quem ganha acima do piso nacional, os depósitos serão feitos de 2 a 6 de setembro, ou seja: nos cinco primeiros dias úteis do mês seguinte, sempre para dois grupos por dia.

SAIBA COMO CONSULTAR

VÁ AO SITE DO TRF No caso do RJ e do Espírito Santo, é o site da 2ª Região (TRF2). O endereço é <https://www10.trf2.jus.br/consultas/precatatorio-e-rpv/>.

.....

OS PASSOS SEGUINTEs Clique em "consulta a precatórios e RPVs no eProc".

Em seguida, digite o CPF do beneficiário e preencha só um dos seguintes campos: "nº de registro de precatório ou RPV"; "nº do processo de origem"; "nº da requisição".

.....

O PAGAMENTO O crédito é feito em conta aberta pelo TRF2 no Banco do Brasil ou na Caixa em nome do ganhador da ação.

Site: <https://extra-globo.pressreader.com/extra>

Entenda proposta aprovada sobre reoneração da folha de pagamento - TRIBUNA

GILVAN MANOEL

Empresas de 17 setores da economia e municípios com menos de 156 mil habitantes poderão ter que voltar a pagar imposto previ-denciário sobre a folha de pagamento a partir do ano que vem. A proposta que prevê a reoneração gradual da folha de pagamento foi aprovada no Senado na última terça-feira (20), mas ainda terá que passar por análise da Câmara dos Deputados e sanção presidencial para começar a valer.

A política de desoneração foi criada em 2011 como forma de cobrar menos imposto de empresas de setores específicos. Em vez de pagar 20% de **INSS** relativo aos funcionários com carteira assinada, as empresas beneficiadas podem optar pelo pagamento das contribuições sociais sobre a receita bruta, com alíquotas de 1% a 4,5%.

O projeto aprovado no Senado mantém a desoneração da folha de pagamento para esses setores integralmente em 2024 e prevê a reoneração gradual entre 2025 e 2027. Neste período, também haverá redução gradual da cobrança de imposto sobre o faturamento das empresas.

Segundo o projeto, a partir de 2025 a tributação sobre a folha terá alíquota de 5%. Em 2026, serão cobrados 10% e, em 2027, 20%, quando ocorreria o fim da desoneração. Durante toda a transição, a folha de pagamento do décimo terceiro salário continuará integralmente desonerada.

No ano passado, o Congresso havia aprovado a manutenção da desoneração da folha até 2027, mas o presidente Luiz Inácio Lula da Silva vetou trechos da Lei 14.784, de 2023. O Congresso derrubou o veto e o governo recorreu ao Supremo Tribunal Federal, que deu prazo até 11 de setembro para que o Congresso e o Executivo buscassem um acordo sobre a desoneração.

Os setores beneficiados são: calçados, call center, comunicação, confecção/vestuário, construção civil, empresas de construção e obras de infraestrutura, couro, fabricação de veículos e carrocerias, máquinas e equipamentos, proteína animal, têxtil, tecnologia da informação, tecnologia de comunicação, projeto de circuitos integrados, transporte metroferroviário de

passageiros, transporte rodoviário coletivo e transporte rodoviário de cargas.

O texto aprovado no Senado também prevê oito medidas para compensar a perda de arrecadação da União com a desoneração. Segundo o Ministério da Fazenda, o impacto da desoneração da folha de pagamentos em 17 setores da economia e em pequenos municípios será de R\$ 18 bilhões em 2024.

As medidas foram incorporadas ao projeto após acordo entre o governo e o Congresso.

Case

A deputada Linda Brasil (PSOL) cobrou ontem, na Alesse, uma solução para a falta de medicamentos no Centro de Atenção à Saúde de Sergipe (Case), destinados aos pacientes renais e que foi veiculada em uma emissora deTV.

Denúncia

Linda diz que tem recebido denúncias recorrentes sobre a falta de medicamentos. "No início do mês a gente anunciou aqui e até agora nada foi resolvido, apesar de a Secretaria da Saúde informar que esses remédios são distribuídos pelo Governo Federal. A gente defende que haja um planejamento, ou seja, não esperar terminar os remédios para que possa solicitar os novos", observa.

Lives

Candidatas e candidatos das Eleições Municipais de 2024 podem fazer lives eleitorais. Entendidas como transmissão em meio digital, com ou sem a participação de terceiros, as lives têm como objetivo promover candidaturas e conquistar a preferência do eleitorado.

Ato

De acordo com a legislação, as lives passaram a constituir atos de campanha eleitoral de natureza pública, mesmo que não tenham pedido explícito de voto pelos candidatos e pelas candidatas.

Pesquisa

Pesquisa estimulada para prefeito de Aracaju, realizada pelo Instituto Única e divulgada na noite desta quarta-feira pela TV Atalaia, mostra Emília Corrêa (PL) com 29,9% das intenções de voto; Yandra (União) com 15,5%; Delegada Danielle (MDB) com 14,4%; Luiz Roberto (PDT) com 10,5%; Candisse (PT) com 3,9%; Niully Campos (Psol) com 0,6%; e Zé Paulo (Novo) com 0,2%. O número de indecisos (14,2%), que votariam branco ou nulo (9,2%) e não responderam (1,05%).

Rejeição

A pesquisa também mostrou a rejeição dos candidatos: Yandra (18,3%), Luiz Roberto (15,3%), Candisse (15%), Emília (13,7%), Danielle (13%), Zé Paulo (10,2%) e Niully (8,7%). Índices pequenos quando comparados com outras eleições.

Dados

Ela foi realizada entre os dias 16 e 19 de agosto, ouviu 1.200 eleitores, tem um nível de confiança de 95% e margem de erro de 4% para mais ou para menos. Foi registrada no Tribunal Regional Eleitoral (TRE) no dia 13 de agosto com o nº 00616/2024. Ficou de fora o candidato Felipe Vilanova (PCO), que só confirmou candidatura em 15 de agosto.

Sem bens

Vários candidatos não declararam patrimônio algum nem aplicação financeira junto à justiça eleitoral. Entre eles: Candisse (PT/Aracaju), Niully Campos (Psol/Aracaju), Ana Helena de Dr Mário (União/Aquidabã), Agripino (Pode/Areia Branca), Jackson do Mangue Grande (PSD/Boquim), João Silva (PT/Carmópolis), Suely Barreto (Cidadania/Estância), Marcelo de Ary (União/Gararu).

Lista

Também não declararam bens nem aplicações Alyson Andreoly (PP/General Maynard), Arakém (Gracho Cardoso), professor Monteiro (Ilha das Flores), Netto Ribeiro (Psol/Lagarto), Dona Martha (PL/Laranjeiras), Iara Martins (Pacatuba), Guilherme (União), Vado Gavião (PSD/Poço Redondo), Adauto Amor (PSD/Santa Luzia do Itanhy), Dr Sérgio (PL/Santo Amaro das Brotas) e Daía (Psol/São Cristovão).

Reeleição

Dos 213 candidatos a prefeito dos 75 municípios de Sergipe 33 são candidatos à reeleição. São eles: Dr Fábio (PT/Araújo), Alberto Macedo (União/Barra dos Coqueiros), Chrystophe (União/Canhoba), Diogo Machado (PSD/Carira), Esmeralda (PSD/Carmópolis),

Sandro de Jesus (PT/Cistinópolis), Louro de Vieira (PSD/União), Clara Rollemberg (PP/Divina Pastora), Jean de Gerino (PSD/Feira Nova), Zete de Janjão (PSD/Gararu).

Outros

Disputam ainda a reeleição: Robson Martins (União/Ilha das Flores), Careca da Samam (PDT/Japoatã), Juca (MDB/Laranjeiras), Ca-rivaldo Souza (União/Macambira), Assisinho (PSD/Malhador), Gilberto Maynart (PT/Maruim), Dr Vagner (PP/Moita Bonita), Mário de Sandra (PSD/Muribeca), Mário (União/Nossa Senhora das Dores), Zé Augusto de Zé de Lolá (PSD/Pedra Mole), Dr Charles (PL/ Pinhão), Guilherme (União/Pirambu).

Completa

Também concorrendo à reeleição: Aline Vasconcelos (Republica-nos/Poço Redondo), Dr Valberto (PSD/Propriá), Rogério Sobral (PSB/ Ribeirópolis), César Resende (União/Rosário do Catete), Givanildo Costa (PT/Salgado), Adauto Amor (PSD/Santa Luzia do Itanhy), Ricardo Roriz (PSD/Santana do São Francisco), Paulo César (União/ Santo Amaro das Brotas), Binho União/São Domingos), Cristiano Viana Menezes (PT)/Simão Dias), Dilson de Agripino (PSD/Tobias Barreto).

Hospital

O Hospital Universita?rio de Lagarto (HUL-UFS), vinculado a? Rede da Empresa Brasileira de Servic?os Hospitalares (Ebserh), e? um dos dois hospitais brasileiros finalistas de pre?mio internacional de inovac?a?o no Congresso Mundial de Hospitais, considerado um dos maiores eventos globais de saude. A edic?a?o de 2024 aconteceu? no Rio de Janeiro, no pro?ximo me?s de setembro.

Avaliação

Os projetos do HUL-UFS/Ebserh foram avaliados pelo comite? cienti?fico do Congresso e sera?o apresentados para quase 1,5 mil pessoas provenientes de cerca de 70 pa?ses que compo?em a Federac?a?o Internacional de Hospitais (FIH), que tem sede em Genebra, na Suic?a. A Ebserh passou a integrar a FIH no ini?cio de 2024.

É o único

Com a indicac?a?o, o HUL e? o u?nico hospital universita?rio do Brasil a ser finalista no evento; a outra instituic?a?o brasileira e? um hospital estadual de Goia?s, localizado em Goia?nia.

Massacre no campo

Cerca de 60% dos suspeitos em casos de massacre no campo, ocorridos entre 1985 e 2019, foram levados ao Tribunal do Júri, responsável pelo julgamento de crimes dolosos contra a vida. Desses, pouco mais de 11% foram condenados.

Os dados foram apresentados no estudo Massacre no Campo, divulgado nesta quinta-feira (22) em Brasília, que reúne de forma inédita informações sobre a atuação do sistema de Justiça na apuração da responsabilidade criminal de mandantes e executores, em um período de 34 anos.

Ao todo, foram analisados 50 casos de assassinatos coletivos, que resultaram em 386 suspeitos de participação como mandantes ou executores. A metodologia do estudo classifica como massacre os "casos nos quais um número igual ou superior a três pessoas são mortas na mesma data e em uma mesma localidade, portanto, numa mesma ocorrência de conflitos pela terra".

Do total de suspeitos, 30 não foram indiciados nos relatórios da Polícia Civil ou Militar. Dos suspeitos restantes (356), outros 10 não foram denunciados pelo Ministério Público e 345 tornaram-se réus.

Desse total, 238 foram levados ao Tribunal do Júri. Nesta etapa do processo, 43 foram condenados, 188 foram absolvidos e 7 não foram julgados por não terem sido localizados, ou por terem morrido antes do julgamento.

Caixa paga Bolsa Família a beneficiários com NIS de final 5

Publicado em 23/08/2024 - 07:09
Agência Brasil - Brasília

Por

A Caixa Econômica Federal paga nesta sexta-feira (23) a parcela de agosto do novo Bolsa Família aos beneficiários com Número de Inscrição Social (NIS) de final 5.

O valor mínimo corresponde a R\$ 600, mas com o novo adicional o valor médio do benefício sobe para R\$ 681,09. Segundo o Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, neste mês o programa de transferência de renda do governo federal alcançará 20,76 milhões de famílias, com gasto de R\$ 14,12 bilhões.

Além do benefício mínimo, há o pagamento de três adicionais. O Benefício Variável Familiar Nutriz paga seis parcelas de R\$ 50 a mães de bebês de até seis meses de idade, para garantir a alimentação da criança. O Bolsa Família também paga um acréscimo de R\$ 50 a famílias com gestantes e filhos de 7 a 18 anos e outro, de R\$ 150, a famílias com crianças de até 6 anos.

No modelo tradicional do Bolsa Família, o pagamento ocorre nos últimos dez dias úteis de cada mês. O beneficiário poderá consultar informações sobre as datas de pagamento, o valor do benefício e a composição das parcelas no aplicativo Caixa Tem, usado para acompanhar as contas poupança digitais do banco.

A partir deste ano, os beneficiários do Bolsa Família não têm mais o desconto do Seguro Defeso. A mudança foi estabelecida pela Lei 14.601/2023, que resgatou o Programa Bolsa Família. O Seguro Defeso é pago a pessoas que sobrevivem exclusivamente da pesca artesanal e que não podem exercer a atividade durante o período da piracema (reprodução dos peixes).

Cadastro

Desde julho do ano passado, passa a valer a integração dos dados do Bolsa Família com o Cadastro Nacional de Informações Sociais (CNIS). Com base no cruzamento de informações, cerca de 170 mil famílias foram canceladas do programa neste mês por terem renda acima das regras estabelecidas.

O CNIS conta com mais de 80 bilhões de registros administrativos referentes a renda, vínculos de emprego formal e benefícios previdenciários e assistenciais pagos pelo **INSS**.

Em compensação, outras 200 mil famílias foram incluídas no programa neste mês. A inclusão foi possível por causa da política de busca ativa, baseada na reestruturação do Sistema Único de Assistência Social (Suas), que se concentra nas pessoas mais vulneráveis com direito ao complemento de renda, mas que não recebem o benefício.

Regra de proteção

Cerca de 2,74 milhões de famílias estão na regra de proteção em agosto. Em vigor desde junho do ano passado, essa regra permite que famílias cujos membros consigam emprego e melhorem a renda recebam 50% do benefício a que teriam direito por até dois anos, desde que cada integrante receba o equivalente a até meio salário mínimo. Para essas famílias, o benefício médio ficou em R\$ 371,04.

Auxílio Gás

O Auxílio Gás também será pago nesta quarta-feira às famílias inscritas no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico), com NIS final 2. O valor foi mantido em R\$ 102, por causa das reduções recentes no preço do botijão.

Com duração prevista até o fim de 2026, o programa beneficia cerca de 5,8 milhões de famílias. Com a aprovação da Emenda Constitucional da Transição, no fim de 2022, o benefício foi mantido em 100% do preço médio do botijão de 13 kg.

Só pode receber o Auxílio Gás quem está incluído no CadÚnico e tenha pelo menos um membro da família que receba o Benefício de Prestação Continuada (BPC). A lei que criou o programa definiu que a mulher responsável pela família terá preferência, assim como mulheres vítimas de violência doméstica.

Site: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2024-08/caixa-paga-bolsa-familia-beneficiarios-com-nis-de-final-5>

Revisão em benefícios do INSS: cerca de 45 mil auxílios analisados foram cancelados, diz ministro

O pente-fino em benefícios temporários do **INSS**, com foco principalmente no auxílio-doença, já identificou o pagamento indevido a 45 mil pessoas, revelou o ministro da **Previdência Social**, Carlos Lupi. Isso representa 45% do total de auxílios que já passaram por revisão, segundo ele.

A revisão dos benefícios do **INSS** começou há cerca de 40 dias e já verificou a situação de 100 mil pagamentos. O objetivo é analisar 800 mil até o fim do ano, e, em 2025, o número deve chegar a 1 milhão.

Neste ano, a meta é economizar R\$ 3 bilhões com a suspensão dos pagamentos indevidos.

- A quantidade de benefícios indevidos é muito alta - destacou o ministro ao GLOBO.

Ele afirmou que os principais casos envolvem beneficiários que recuperaram a capacidade de trabalho, mas continuam recebendo o auxílio, além de pessoas que conseguem um emprego e omitem essa informação para evitar o corte do benefício.

- Se a pessoa ficou boa, não há por que continuar recebendo o auxílio-doença - disse o ministro, acrescentando que os benefícios são suspensos imediatamente.

O Ministério da Previdência está revisando também o auxílio-doença por invalidez, mas, nesse caso, o índice de irregularidades é baixo.

O objetivo do governo é abrir espaço no orçamento para gastos discricionários dos ministérios, pressionados pelo limite do arcabouço fiscal, a nova regra para as contas públicas, além de tentar cumprir a meta de zerar o déficit das contas do governo neste ano.

Os beneficiários que ligam para a Central 135 para pedir a prorrogação do Benefício por Incapacidade Temporária (antigo auxílio-doença) já estão sendo direcionados para a perícia médica presencial. Quem for comparecer pessoalmente deve levar a documentação médica atualizada que justifique o afastamento do trabalho.

Na checagem, estão sendo analisados os benefícios por incapacidade temporária (antigo auxílio-doença) com mais de dois anos de concessão, além de outros benefícios assistenciais. Todas essas revisões passarão, inicialmente, por uma checagem de dados. As que apresentarem indícios de irregularidade serão convocadas a comparecer ao **INSS**.

Quem for convocado pelo **INSS** terá um prazo de 30 dias para apresentar os documentos pessoais (identidade, CPF, laudos e exames médicos, e, se houver, receitas de medicação de uso contínuo). O agendamento da perícia médica pode ser feito pelo site ou aplicativo Meu **INSS** ou pela Central de Atendimento 135.

Site:

<https://oglobo.globo.com/economia/noticia/2024/08/23/revisao-em-beneficios-do-inss-cerca-de-45-mil-auxilios-analisados-foram-cancelados-diz-ministro.ghtml>

Justiça Federal libera R\$ 2,6 bilhões em atrasados a beneficiários do INSS; veja como consultar

O Conselho da Justiça Federal (CJF) liberou na última terça-feira, 20, o pagamento de R\$ 2.668.623.597,97 para atrasados do Instituto Nacional de **Seguridade Social (INSS)**, como revisões de aposentadorias, auxílio-doença e outros benefícios, referentes a decisões judiciais do mês de julho deste ano. No total, somam-se 128.194 processos, com 167.908 beneficiários.

Os pagamentos se referem a quantias impostas em decisões definitivas em matérias assistenciais e previdenciárias, nas chamadas Requisições de Pequeno Valor (RPV), ou seja, ações devidas pelo **INSS** no valor de até 60 salários mínimos. O CJF esclarece que cabe aos Tribunais Regionais Federais, segundo cronogramas próprios, o depósito dos recursos financeiros liberados - a informação pode ser verificada na consulta de RPs disponível no portal do Tribunal Regional Federal responsável.

O CJF também autorizou o pagamento de valores para outros processos, somando aproximadamente R\$ 3 bilhões para um total de 200.636 processos, com 251.198 beneficiários.

Beneficiários dos chamados atrasados, autores de decisões judiciais requisitando benefícios assistenciais e previdenciários, como pensões e auxílio-doença. Os valores também irão cobrir outras decisões judiciais contra órgãos do governo, como o de servidores pedindo correção de valores trabalhistas.

Segundo definição do Conselho da Justiça Federal, o precatório é emitido nos casos de condenações contra a Fazenda Pública e envolvem valores acima de 60 salários mínimos. Abaixo desse limite, são chamadas Requisições de Pequeno Valor.

Em geral, os segurados já contam com advogados, que acompanham o processo na Justiça. Eles e os próprios autores das ações já sabem se a demanda requer pequenos valores ou se são precatórios. Mesmo antes do fim do processo, ambos já têm acesso aos valores, já que são feitos cálculos para isso antes da expedição da ordem de pagamento.

O Conselho da Justiça Federal disponibilizou em seu

site a divisão de pagamentos de Requisições de Pequeno Valor por Tribunal Regional Federal. Elas não contemplam os precatórios, já que esse cronograma depende do caixa disponível de cada unidade da federação. Veja a seguir.

Site: <https://www.terra.com.br/economia/justica-federal-libera-r-26-bilhoes-em-atrasados-a-beneficiarios-do-inss-veja-como-consultar,e48ca9484e1af9bef5d7ab97062f00e3uoowssff.html>

É possível diminuir as parcelas do consignado? Veja como fazer

O empréstimo consignado é uma modalidade de crédito que oferece condições de pagamento descomplicadas, de forma que o pagamento seja abatido diretamente na folha de pagamento, no benefício de aposentadoria ou na pensão. Mas para usufruir do benefício o ideal é fazer um bom planejamento financeiro antes de solicitá-lo.

"Como o valor é automaticamente descontado e pago à instituição financeira, há maior conforto em oferecer taxas de juros menores em comparação com outras opções de empréstimo. No entanto, nem sempre elas são suficientemente baixas para não pesar no bolso, o que leva muitas pessoas a questionarem se é possível reduzir essas parcelas", conta André Oliveira, CEO da CredFácil e especialista em crédito consignado e seguros.

Além disso, algumas dúvidas como quem é elegível ou se é difícil conseguir, passam pela cabeça de quem quer contratar esse tipo de serviço. Por isso, o especialista responde algumas dessas questões, confira:

É possível diminuir o valor das parcelas?

Cada contrato é diferente. Por isso, é necessário analisar individualmente o valor descontado mensalmente. Para reduzir as parcelas, considere a portabilidade, transferindo seu empréstimo para outro banco que ofereça taxas menores.

O refinanciamento também pode ser uma solução. Através dessa opção você tem a chance de renegociar o prazo, estendendo a duração e, conseqüentemente, reduzir as parcelas mensais. Mas esse recurso é somente para quem já quitou parte do empréstimo, cerca de 15% do valor total", esclarece André.

Como funciona a portabilidade?

É a chance de trocar o empréstimo atual por um novo com juros mais baixos em uma nova instituição financeira, além de condições de pagamentos mais favoráveis.

"A portabilidade é a transferência de uma dívida de uma instituição financeira para outra. O banco para o qual você estará migrando seu consignado pagará pelo seu contrato anterior e criará um novo acordo

com você, mas com mais vantagens financeiras para seu bolso", esclarece o especialista.

Se houver suspeita de fraude ou irregularidades no contrato original, a instituição financeira pode recusar a transferência. Outros fatores que podem ser empecilho, são:

- Limite de idade mínima ou máxima do indivíduo.
- Restrição interna na instituição financeira.
- Solicitação de portabilidade em instituição financeira não conveniada.
- Não ter efetuado o pagamento do número mínimo de parcelas, entre outras situações.

Quem tem direito ao consignado?

Aposentados e pensionistas do **INSS**, **servidores públicos**, beneficiários do Programa Auxílio Brasil e do Benefício de Prestação Continuada (BPC) e funcionários de empresas privadas.

Posso negociar?

Pesquise qual banco e/ou instituição financeira tem a menor taxa de juros para empréstimo consignado. Ouça diferentes propostas e, caso elas não correspondam ao que procura, arrisque-se com uma contraproposta.

"Não aceite a primeira oferta que ouvir porque, lembre-se, é uma dívida a longo prazo. Faça um planejamento financeiro para comparar os valores e decidir qual será viável com seu orçamento", aconselha Oliveira.

(*) HOMEWORK inspira transformação no mundo do trabalho, nos negócios, na sociedade. É criação da Compasso, agência de conteúdo e conexão.

Site: <https://www.terra.com.br/economia/e-possivel-diminuir-as-parcelas-do-consignado-veja-como-fazer,9efeb8035e5072a6992eb212fe1cd31c4pyjupxt.html>

Governo vai propor alta de dois impostos em 2025

THAÍS BARCELLOS E BERNARDO LIMA
economiat@oglobo.com.br BRASÍLIA

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, afirmou ontem que o projeto de lei orçamentária (PLOA) de 2025 será enviado ao Congresso na próxima semana com propostas de aumento de **impostos** sobre a renda envolvendo o Juro sobre Capital Próprio (JCP) e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL). O JCP é uma forma de distribuição de lucro, sobre o qual o acionista paga Imposto de Renda. E a CSLL é um tributo sobre o lucro das empresas.

Segundo o ministro, as medidas virão junto do Orçamento por "obrigação legal", de modo a garantir a compensação da receita com a desoneração da folha de pagamento de setores intensivos em mão de obra e de municípios de até 156 mil habitantes em 2025. Haddad disse, porém, que o governo vai esperar até o fim do ano para verificar se as medidas já aprovadas no Senado serão suficientes.

Nesta semana, o Senado aprovou um projeto de lei que mantém a desoneração em 2024. O projeto também prevê uma reoneração gradual a partir do ano que vem. O texto, de autoria do senador licenciado Efraim Filho (União-PB), agora vai para votação na Câmara.

LISTA DE MEDIDAS

O projeto, cujo relator foi o líder do governo, Jaques Wagner (PT-BA), lista também medidas para compensar eventuais perdas de arrecadação, como repatriação de recursos no exterior e atualização do valor de bens imóveis no Imposto de Renda.

- Nós discutimos JCP e CSLL, que são as medidas que nós consideramos as mais adequadas, caso a receita estimada pelo Senado não se realize. Nós vamos encaminhar junto ao PLOA por obrigação legal, porque a nossa compreensão é que talvez não performe - disse Haddad, referindo-se ao pacote de medidas já aprovadas no Senado.

O governo chegou a propor aumento das alíquotas da CLSS e do IR cobrado sobre as pessoas físicas pelos recursos do JCP. Mas as sugestões enfrentaram resistência no Congresso, o que levou o relator a recuar.

O ministro negou que os projetos que virão junto com o PLOA são uma antecipação da **Reforma Tributária** da renda -que deve ser proposta ainda neste ano.

-Não temos a intenção de usar a reforma da renda pra fechar o Orçamento. Qualquer acréscimo de imposto sobre renda vai ser compensado com imposto sobre consumo. O objetivo é que a reforma seja neutra.

Nas vésperas do envio do Orçamento de 2025, o Tribunal de Contas da União (TCU) alertou sobre um "duplo risco" para o cumprimento da meta fiscal em 2025, que prevê um déficit zero. Para o tribunal, as estimativas de receita são muito otimistas e há chance de surpresa com as despesas obrigatórias.

ARRECADAÇÃO BATE RECORDE

Ontem, a Receita divulgou que a arrecadação atingiu mais um recorde e somou R\$ 231,04 bilhões em julho, alta de 9,6% na comparação com o mesmo período do ano passado. Foi a maior entrada de recursos para o mês desde o início da série histórica, em 1995.

De janeiro a julho, a receita somou R\$ 1,5 trilhão, alta de 9,1% ante o mesmo período de 2023 e também é um recorde para os primeiros sete meses do ano. Os resultados acontecem após o governo ter aprovado uma série de medidas para reforçar a arrecadação.

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Reforma não terá meta fiscal como alvo, diz Haddad

Jéssica Sant"Ana e Guilherme Pimenta De Brasília

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, negou nessa quinta-feira (22) que o governo tenha intenção de usar a **reforma tributária** da renda para fechar o Orçamento do próximo ano com um déficit zero.

"Qualquer acréscimo do imposto sobre a renda será compensado no imposto do consumo", disse a jornalistas. Questionado quando a reforma da renda será enviada ao Congresso, Haddad falou que ainda este ano. "Concluída a votação da reforma do consumo, vamos proceder o encaminhamento da renda. É muito provável que chegue ao Congresso este ano, seguramente nos próximos 60 dias."

Em relação às medidas de redução de despesas, o ministro falou que elas serão detalhadas na próxima semana.

Ele também afirmou que o governo vai prever no Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA) de 2025 um aumento na tributação do Juros sobre Capital Próprio (JCP) e da Contribuição Social sobre o Lucro líquido (CSLL). As duas medidas não foram aceitas pelo Senado para compensação da desoneração da folha de pagamentos de 17 setores intensivos em mão de obra e municípios de menor porte neste ano, mas, segundo o ministro, podem ser necessárias para 2025.

Atualmente, o modelo de desoneração da folha permite o pagamento de alíquotas de 1% a 4,5% sobre a receita bruta. É um modelo de substituição tributária mais adequada a esses setores, que geram cerca de 9 milhões de empregos. Após aprovação do Senado, a tema aguarda apreciação da Câmara dos Deputados.

"Acréscimo do imposto sobre a renda será compensado no imposto do consumo" Fernando Haddad

Site:

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/187964?page=1§ion=1>

Governo prepara mudanças no IR

REFORMA TRIBUTÁRIA

BRASÍLIA

O governo do presidente Lula prepara mudanças no Imposto de Renda para fechar as contas em 2025. As medidas a serem propostas ao Congresso são pontuais na tributação da renda e devem ajudar a sustentar o aumento de arrecadação no Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA) do ano que vem.

O Ministério da Fazenda avalia que é possível dar um passo inicial e aprovar medidas que corrijam distorções na tributação e gerem ganho de arrecadação.

O ministro Fernando Haddad (Fazenda) confirmou ontem que o governo vai propor ao Congresso o aumento das alíquotas do Juros sobre Capital Próprio (JCP) e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL). As medidas serão encaminhadas junto com o projeto de Orçamento de 2025.

O JCP é uma forma alternativa de uma empresa remunerar acionistas recolhendo menos **tributos**. Os valores distribuídos hoje pagam alíquota de 15% de IR.

A Fazenda ainda trabalha para mostrar aos parlamentares a importância de adotar a medida até a aprovação de uma reforma estrutural da renda. Haddad não detalhou se a proposta virá com a mesma alíquota de 20% para a JCP.

A CSLL, por sua vez, é cobrada sobre a mesma base de cálculo do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ). A equipe econômica também tentou emplacar um aumento de um ponto percentual na alíquota, com queda gradual, mas a medida foi descartada pelo relator e líder do governo no Senado, Jaques Wagner (PT-BA).

O ministro não informou os valores das novas alíquotas propostas pelo governo. Segundo Haddad, os aumentos estarão condicionados e só serão levados adiante caso haja frustração nas receitas com as medidas aprovadas pelo Senado para compensar a desoneração da folha de empresas de 17 setores e de municípios.

"Vai ser encaminhado, não como medida provisória, mas como projetos de lei. que podem vir a não ser aprovados se as projeções do Senado se

confirmarem", afirmou.

Ele disse que precisará encaminhar esses projetos por obrigação legal. Sem eles, a equipe econômica não consegue entregar o Orçamento com o déficit zero, como é exigido pela meta fiscal.

A lei, por outro lado, autoriza o governo a incluir nas estimativas da proposta orçamentária medidas apresentadas, mas ainda não aprovadas pelo Legislativo.

HADDAD disse que precisará encaminhar projetos por obrigação legal. Sem eles, não consegue o Orçamento com o déficit zero

Outras mudanças sem alterar carga

O ministro Fernando Haddad disse que as propostas enviadas junto com o Orçamento não são a reforma estrutural da renda, já prometida pela equipe econômica.

Segundo ele, a reforma dos **impostos** sobre a renda será neutra (sem aumento ou queda da carga tributária) e não será enviada agora. "Qualquer acréscimo que no futuro venha a acontecer do Imposto sobre a Renda, ele vai ser compensado com a redução do imposto ao consumo", disse.

A reforma estrutural, que inclui a volta da tributação de lucros e dividendos distribuídos a pessoas físicas, envolve várias mudanças simultâneas, e não deverá ser feita este ano. Entre elas, estariam mudanças no Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) e no JCP, que pode sofrer ajustes ou acabar.

A regulamentação no Brasil do imposto mínimo global, que garante a cobrança de uma alíquota efetiva de 15% sobre o lucro das multinacionais, também está em fase bastante avançada, mas o envio da proposta pode ficar para o final do ano,

segundo auxiliares do ministra

O governo quer aprovar a medida até o fim de 2024 para que possa começar a cobrar em 2025. O imposto global já entrou em vigor em janeiro deste ano na União Européia, no Reino Unido e em outras grandes economias.

O Brasil precisa operacionalizar logo o imposto mínimo para não perder arrecadação. Se o Brasil não cobrar

um mínimo de uma determinada multinacional, como a Samsung, por exemplo, a Coreia do Sul o fará e ficará com a diferença.

Governo prepara mudanças no Imposto de Renda em 2025

Brasília - O governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) prepara mudanças no Imposto de Renda para fechar as contas em 2025. Algumas das medidas a serem propostas ao Congresso são pontuais na tributação da renda e devem ajudar a sustentar o aumento de arrecadação no Projeto de Lei Orçamentária (PLOa) do ano que vem.

O Ministério da Fazenda avalia que é possível dar um passo inicial e aprovar medidas pontuais de ajuste que corrijam distorções na tributação e gerem ganho de arrecadação.

A regulamentação do imposto mínimo global, que garante a cobrança de uma alíquota efetiva de 15% sobre o lucro das multinacionais, também está em fase bastante avançada, mas o envio da proposta pode ficar mais para o final do ano, segundo auxiliares do ministro da Fazenda, Fernando Haddad.

O governo quer aprovar a medida até o final do ano para que possa começar a cobrar em 2025. O imposto global já entrou em vigor em janeiro deste ano na União Europeia, Reino Unido e em outras grandes economias.

O Brasil precisa operacionalizar o imposto mínimo para não perder arrecadação. Se o País não cobrar um mínimo de uma multinacional, como a Samsung, por exemplo, a Coreia do Sul o fará e ficará com a diferença.

Como mostrou a Folha de S.Paulo, a **Receita Federal** já vinha discutindo os detalhes da regulamentação do imposto mínimo. Embora as companhias no Brasil hoje recolham uma alíquota nominal de 34%, somando o Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) e Contribuição Social sobre Lucro Líquido (CSLL), a existência de benefícios fiscais pode fazer com que a carga efetiva fique abaixo dos 15%.

Haddad entregou uma série de propostas de mudança na tributação da renda ao presidente Lula. A escolha de quais serão incluídas no Orçamento e enviadas ao Legislativo vai depender de uma avaliação do Palácio do Planalto quanto à viabilidade política de aprovação de cada uma delas no Congresso.

JCP - O governo já sofreu um revés na tentativa de elevar a alíquota de 15% para 20% de juros sobre

capital próprio (JCP) no projeto que ratificou a desoneração da folha de pagamentos para empresas de 17 setores e municípios e estabeleceu um cronograma de reoneração gradual. O JCP é uma forma alternativa de uma empresa remunerar seus acionistas recolhendo menos **tributos**.

A medida poderia garantir R\$ 6 bilhões de arrecadação adicional, e a Fazenda ainda trabalha para mostrar aos parlamentares a importância de adotá-la até a aprovação de uma reforma estrutural da renda. Um projeto de lei poderá ser enviado pelo Executivo.

Membros do governo afirmam que é preciso diferenciar a reforma estrutural das medidas pontuais. A reforma estrutural, que inclui a volta da tributação de lucros e dividendos distribuídos a pessoas físicas, envolve várias mudanças simultâneas, e não deverá ser feita neste ano. Entre elas, estariam mudanças simultâneas no IRPJ e no JCP, que pode mesmo acabar ou sofrer ajustes.

No início desta semana, Haddad antecipou em evento organizado pelo banco BTG que Lula vai analisar junto aos outros ministros o impacto na comunicação das medidas.

A declaração é um sinal de que o governo vai buscar azeitar a comunicação e mostrar que as mudanças têm o objetivo de acabar com privilégios na tributação que favorecem alguns setores e permitem a pessoas físicas com maior renda pagarem menos **impostos**.

"O presidente decide se vai ser este ano, ano que vem ou no outro. Já estava sendo estudado dentro da Fazenda, agora é com o governo. A Fazenda fez o trabalho interno, e agora o presidente vai decidir", disse o ministro, referindo-se à reforma da renda.

(Adriana Fernandes e Idiana Tomazelli/ Folhapress) %

Taxação dos super-ricos está na pauta

Brasília - Os técnicos da equipe do ministro da Fazenda, Fernando Haddad, estão voltados para implementar uma taxa dos super-ricos. A proposta em nível global do economista francês Gabriel Zucman foi encampada pelo Brasil no G-20 e a Fazenda trabalha em sua regulamentação.

A ideia base do economista prevê um imposto de 2% sobre o patrimônio das cerca de 3.000 pessoas que detêm mais de US\$ 1 bilhão ou R\$ 5,5 bilhões (mais de cem deles na América Latina) - o que nas suas contas geraria uma receita de US\$ 250 bilhões. Nesse caso, não se trata de renda corporativa, mas no nível pessoal.

Em tese, o governo Lula já deveria ter enviado ao Congresso a proposta de reforma da renda. A emenda constitucional da **reforma tributária** dos **impostos** sobre o consumo, aprovada no ano passado, deu prazo de 90 dias para o envio do projeto, mas não previu penalidades para o seu descumprimento.

O Ministério da Fazenda não obedeceu ao prazo e colocou todas as suas fichas na regulamentação da **reforma tributária**.

O primeiro projeto já passou na Câmara e está tramitando no Senado e o segundo aguarda votação final de destaques pelos deputados. (Adriana Fernandes e Idiana Tomazelli/ Folhapress)

Site: <https://publisher.diariodocomercio.com.br/central-do-leitor/digital/>

Haddad prevê aumento de tributos

» **FERNANDA STRICKLAND**

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, afirmou que o governo vai encaminhar junto ao Projeto de Lei Orçamentário Anual (Ploa) de 2025 propostas prevendo aumento das alíquotas da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) e alteração da tributação sobre o Juros Sobre Capital Próprio (JCP).

Segundo Haddad, as medidas servirão como uma espécie de garantia caso as propostas aprovadas pelo Senado não sejam suficientes para compensar a desoneração da folha no ano que vem.

"O combinado com o Senado é que, se as medidas anunciadas pela Casa não forem suficientes, a lei orçamentária tem que prever quais seriam, para os anos seguintes, as medidas compensatórias da desoneração. Então, isso vai ser encaminhado, não como medida provisória, mas como projeto de lei e podem vir a não ser aprovadas se as projeções do Senado se confirmarem", disse o ministro, ontem, a jornalistas, na portaria do Ministério da Fazenda.

O chefe da pasta explicou que o governo vai encaminhar apenas as medidas que eventualmente tenham que ser aprovadas até fim do ano, caso a estimativa do Senado não se concretize. "Do ponto de vista da compensação, nosso entendimento, que pode ser desmentido pelos fatos, é de que o que foi aprovado no Senado resolve 2024, mas nós vamos esperar que os cálculos mais otimistas do Senado sejam realizados. Se isso acontecer, melhor para nós", ressaltou.

Haddad afirmou que o Ploa trará medidas no âmbito da revisão de gastos que vão garantir a economia de R\$ 25,9 bilhões no ano que vem, afim de compensar os gastos com a manutenção da desoneração da folha para os 17 setores. O ministro reforçou que uma reforma de renda mais ampla deve ser enviada ao Congresso nos próximos 60 dias. "Não temos intenção de usar reforma da renda para fechar o Orçamento. Tanto do ponto de vista do consumo quanto do ponto de vista da renda, a reforma global dos **tributos** no Brasil é o compromisso de estabilizar a arrecadação", disse.

Sabatina Haddad evitou dar um prazo sobre quando espera a sabatina do novo presidente do Banco Central (BC) e muito menos confirmou a data de quando o presidente Lula pretende bater o martelo sobre o nome do substituto de Roberto Campos Neto.

"Tudo está programado para uma conversa entre Senado e Planalto sobre a possibilidade de fazermos a sabatina, durante esse processo de recesso branco. Exatamente para evitar qualquer tipo de problema com eles, mas havendo possibilidade da Sabatina durante o recesso branco, é essa conversa que está sendo feita", disse o ministro. Segundo ele, o presidente Lula já tem o nome para a presidência da autoridade monetária "em mente" e que ele já pediu sugestões para as outras duas diretorias que ficarão vagas até o fim do ano.

"Eu não vou antecipar, pois é a atribuição dele", afirmou. Haddad ressaltou que a previsão para o anúncio dos indicados depende da "simpatia" do Senado em relação ao tema.

"O combinado com o Senado é que, se as medidas anunciadas pela Casa não forem suficientes, a lei orçamentária tem que prever quais seriam" Fernando Haddad, ministro da Fazenda

Site:

<https://flip.correio braziliense.com.br/edicao/imprensa/6326/22-08-2024.html?all=1>

Caixa quer ser um dos grandes operadores de "bets" no país

JOÃOSORIMANETO joao.sorima@sp.oglobo.com.br
SÃO PAULO

O presidente da Caixa, Carlos Vieira, disse que a Loterias Caixa quer se tornar um dos principais players do mercado de bets no país. A empresa é uma das 113 que fez o pedido ao Ministério da Fazenda para atuar nesse segmento, que no ano passado movimentou até R\$ 100 bilhões, segundo estimativas informais, já que o mercado no Brasil ainda não é regulado.

A Caixa detém o monopólio de exploração de jogos das loterias no país e, no primeiro semestre, arrecadou R\$ 12,3 bilhões com esses jogos, contra R\$ 10,34 bilhões no mesmo período do ano passado. O banco projeta que a arrecadação com as apostas em bets fique, inicialmente, em cerca de 50% do que a Loterias Caixa obtém nos jogos tradicionais. Posteriormente, a tendência é que esse valor cresça.

- Queremos ser um dos principais players no mercado de bets. Há muito espaço para crescer, e isso tem um efeito social muito grande. Grande parte dos **impostos** cobrados sobre as loterias é destinada ao público que precisa de assistência -afirma Vieira.

Ele diz que o monopólio de jogos da Caixa gera a percepção do benefício social que pode ser distribuído à sociedade com a arrecadação obtida. A nova dinâmica dos jogos, com as bets, fez o governo federal trazer para si a responsabilidade sobre a regulamentação dos jogos, inclusive com a preocupação do vício, afirma Vieira.

ALERTAS AOS APOSTADORES

Segundo o presidente da Caixa, o banco tem responsabilidade social com o comportamento dos usuários.

Reportagem do GLOBO mostrou que as bets vêm disputando espaço no orçamento dos brasileiros. Varejistas, por exemplo, apontam que muitas pessoas reduzem o consumo de alimentos para apostar.

A diretora-presidente da Loterias Caixa, Lucíola Vasconcelos, reforça que o banco tem preocupação com o que o jogo pode causar ao apostador. Ela explica que a Caixa tem alertas, orientação e

condições para que o apostador não incorra em vício: - Somos a única empresa que já tem isso (alertas ao jogador), mesmo num mercado que ainda não é regulado.

Lucíola diz ainda que as bets não concorrem com os produtos tradicionais da Caixa. E explica que, apesar de ter mais de 3 mil pontos físicos no país, a Loterias Caixa vai atuar no segmento de bets da mesma forma que as demais empresas, ou seja, por meio de canais digitais.

Sobre a exigência do Ministério da Fazenda de capital social mínimo de R\$ 30 milhões para operação (a Loteria Caixa tem capital social de R\$ 11,8 milhões), Lucíola afirmou que a empresa está se encaminhando para estar apta a atuar dentro dos prazos e das regras estabelecidas pelo Ministério.

A Caixa detém o monopólio de exploração de jogos das loterias no país. Sua subsidiária, a Loterias Caixa, foi criada em 2015 para administrar as casas lotéricas, que são responsáveis pelos jogos de Mega Sena, Lotofácil, Quina e demais produtos.

LUCRO DE R\$3,3 BI

Na noite de quarta-feira, a Caixa divulgou lucro recorrente de R\$ 3,287 bilhões no segundo trimestre deste ano. O resultado é 14% superior ao registrado no primeiro trimestre e 27,3% acima do mesmo período de 2023. No primeiro semestre, o lucro foi de R\$ 6,2 bilhões, alta de 36,6% na comparação anual.

A carteira de crédito do banco atingiu R\$ 1,174 trilhão, com alta de 2,7% no trimestre e 10,6% em um ano. A inadimplência da carteira, por sua vez, fechou junho em 2,20%, de 2,34% em março e 2,79% no mesmo período do ano anterior.

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Redução da dívida pública está sob risco, diz tribunal

A área técnica do Tribunal de Contas da União (TCU) constatou que a decisão do governo, no Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (PLDO) de 2025, de adiar o ajuste fiscal pode colocar em risco a trajetória de redução da dívida pública ao longo de dez anos. Além disso, a equipe econômica utilizou premissas consideradas otimistas, o que representa um risco para o equilíbrio das contas públicas.

As conclusões constam em processo que analisou o Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (PLDO) do ano que vem, enviado em abril deste ano ao Legislativo e que serve de base para elaboração do Orçamento em si. O relator foi o ministro Antonio Anastasia.

No PLDO, o governo trouxe pela primeira vez uma projeção para a Dívida Bruta do Governo Geral (DBGG) até 2034. Pela estimativa apresentada pela equipe econômica, a dívida aumentaria até 2027, quando atingiria 79,7% do Produto Interno Bruto (PIB). Depois, haveria uma redução gradual até cair para 74,5% do PIB em 2034.

Contudo, o TCU constatou dois riscos para a concretização dessa projeção. O primeiro foi a decisão do governo de adiar o ajuste fiscal, ao passar a prever déficit zero em 2025, superávit de 0,25% do PIB em 2026, de 0,50% do PIB em 2027 e de 1% em 2028, ao invés da projeção anterior, de superávit de 0,5% já em 2025 e de 1% em 2026.

"Nota-se que, mesmo descontando parcialmente os precatórios, o ajuste fiscal implícito nas metas fiscais foi deslocado para o futuro. Além do mais, a melhoria de 0,5 ponto percentual por ano implícita às metas da LDO 2024 foi reduzida para um avanço de 0,25 pontos percentuais por ano, diminuindo o ritmo do ajuste", destaca o TCU.

A dívida pública acaba sendo afetada pelo resultado primário efetivo, que inclui os precatórios que serão pagos fora da meta fiscal até 2026. Nesse cenário, o governo projeta déficit de 0,23% do PIB em 2025 e de 0,11% do PIB em 2026, passando a fechar as contas no azul somente a partir de 2027, o que gerou críticas dos auditores.

"A estratégia de buscar superávits primários crescentes de 2027 a 2034 implica um adiamento da

consolidação fiscal até um período mais distante e incerto", diz a equipe técnica da Corte. "Isso envolve riscos em caso de choques de demanda ou outros fatores adversos, comprometendo a capacidade de resposta a volatilidades econômicas", completa o documento do tribunal de contas.

O segundo risco para a trajetória da dívida são as premissas utilizadas pela equipe econômica para o resultado primário, crescimento econômico e custo real da dívida, tanto em comparação com as expectativas de mercado quanto com valores históricos. Essas premissas foram consideradas otimistas pelos auditores do TCU. "Isso representa um risco para o equilíbrio das contas públicas", diz o tribunal, em relatório.

O TCU calcula que, se o governo tiver resultados primários iguais aos limites inferiores da meta nos anos de 2024 a 2028, a dívida em 2034 será 1,3 ponto percentual acima da que foi projetada pelo governo. (JS)

Site:

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/187964?page=1§ion=1>

Sinais do BC ampliam incerteza no mercado e dólar encosta em R\$ 5,60

Arthur Cagliari, Victor Rezende e Maria Fernanda Salinet De São Paulo

Em um cenário bastante incerto sobre os rumos da política monetária brasileira e com pressões vindas do exterior, os ativos brasileiros foram fortemente penalizados na sessão de ontem. O dólar à vista registrou a maior apreciação diária em 16 meses e voltou a se aproximar do nível psicológico de R\$ 5,60, enquanto houve alta dos juros futuros e a bolsa interrompeu o rali recente após três recordes consecutivos.

No fim da sessão, o dólar à vista registrou valorização de 1,98%, cotado a R\$ 5,5894, e o real apresentou o pior desempenho do dia entre as moedas mais líquidas do globo. No mercado de juros, a taxa do DI para janeiro de 2029 avançou de 11,485% para 11,665%. O Ibovespa anotou desvalorização, com queda de 0,95%, aos 135.173 pontos.

O tom dos negócios foi muito negativo ao redor do globo, mas se mostrou mais pesado no Brasil.

Nos últimos dias, a percepção de um desequilíbrio no tom dos dirigentes do Banco Central provocou aumento dos prêmios de risco nos mercados locais após o rali recente, o que se intensificou ontem ao longo do dia, após declarações do diretor de política econômica do BC, Diogo Guillen, e do diretor de política monetária, Gabriel Galípolo.

Participantes do mercado leram as declarações dos dois como menos "hawkish" (duras) que em ocasiões anteriores, o que ajudou a provocar uma piora nos preços dos ativos, na medida em que o mercado tem em vista que parte do rali recente foi desencadeada pelos sinais mais duros adotados pelos dirigentes. Guillen e Galípolo afirmaram ontem estar alinhados à visão da ata do Copom de julho, o que levou os investidores a uma redução das posições otimistas montadas desde o início do mês a partir da mudança de comunicação.

"Na margem, foi todo mundo "dovish" [mais suave], falando que, caso necessário, irão subir os juros, e não falando que irão subir na próxima reunião. Além disso, reforçaram bastante que estão dependentes de dados e que o cenário melhorou", diz o profissional da tesouraria de uma grande instituição financeira local.

O trader de renda fixa de um grande banco local nota que, embora a próxima reunião do Comitê de Política Monetária (Copom) esteja distante, "o mercado aqui já tinha convicção em muitos resultados possíveis". "Hoje [ontem], com o cenário externo bastante pressionado, tivemos mais uma vez o Galípolo participando de eventos, mas desta vez seu discurso não foi tão "hawkish" quanto nas anteriores", afirma. "Volatilidade no Brasil deve ser sempre escrita com "V" maiúsculo e uma coisa é certa: esse vaivém na comunicação não ajuda na credibilidade e os investidores estão começando a achar que cachorro que late raramente morde." A visão guarda semelhança com a do economista-chefe da Reag Investimentos, Marcelo Fonseca, para quem a autoridade monetária tem mostrado algum constrangimento em sinalizar elevações nos juros. "É o que me chama atenção.

Há uma deterioração na confiança do regime monetário e fiscal e, até pouco tempo atrás, havia um receio em relação ao BC. Um segundo ponto é que a economia está fora de lugar, superaquecida... O processo de convergência da **inflação** para a meta se esgotou e há um risco de reaceleração. Por que o pudor em sinalizar alta de juros se o diagnóstico é inequívoco e já aceito pelo próprio BC?", questiona.

O risco, na visão do economista da Reag, é que a **inflação** se distancie ainda mais da meta. "Não existe recuperação de credibilidade só pelo discurso, que não passe por uma subida dos juros. E o final da história a gente conhece: a hesitação pode levar a um juro maior", diz. "A comunicação do BC está muito desorganizada." O economista-chefe da Quantitas, Ivo Chermont, avalia que, ontem, o BC "deixou muito claro" que não é possível contar com o câmbio como variável de estabilização da **inflação**, e isso também ficou claro pelos preços dos ativos financeiros.

"Sinceramente, [o câmbio] não pode ser o argumento para subir ou não os juros. A sensibilidade do câmbio está tão grande às variáveis e aos discursos dos bancos centrais que o Copom pode entrar em reunião com o dólar a R\$ 5,60 e, uma semana depois, ele pode estar em R\$ 5,80 ou R\$ 5,40", diz.

A gestora mudou sua projeção para a Selic e deixou de projetar a manutenção do juro básico em 10,5% para ver um ciclo de alta de juros que começa com um

aumento de 0,25 ponto e termina com a taxa em 12% no início de 2025. "Eu, sinceramente, acho que deveria subir 0,5 ponto [em setembro] para chegarmos mais rápido ao lugar em que deveríamos estar, mas os discursos todos - do Campos Neto, do Diogo Guillen e do Galípolo - vão acabar levando a uma alta de 0,25 ponto na primeira reunião", afirma Chermont.

O economista, porém, avalia que o aumento da Selic "não é necessariamente ruim para os ativos brasileiros". "Mais importante do que a Selic um pouco maior é você ter a percepção de risco de que a política monetária não pode ser usada. Isso traz um risco enorme para a economia brasileira e, portanto, mais importante do que a Selic ligeiramente mais alta é essa queda de prêmio de risco, que seria muito benéfica para os ativos de maneira geral." Ao contrário de outros participantes do mercado, o chefe da mesa de operações do C6 Bank, Felipe Garcia, diz não ter enxergado mudança no tom dos integrantes do BC. Na sua avaliação, os membros do colegiado têm mantido um tom bastante coeso. "Após falas recentes, houve alguma percepção de que o BC estaria sinalizando alta de juros, mas eles [os diretores] têm deixado bem claro que não têm um "guidance". Eles veem o balanço de risco mais assimétrico, mas isso não é "guidance", é percepção", avalia o executivo. "Não deveria ser motivo para essa grande volatilidade do mercado", afirma.

Vale notar, porém, que fatores externos também ajudaram a compor o cenário de perda de fôlego dos ativos locais ontem. O mau humor externo já dava as caras antes mesmo da abertura dos negócios no Brasil, em um ajuste de posições às vésperas do discurso que o presidente do Federal Reserve (Fed, o banco central americano), Jerome Powell, fará hoje no Simpósio de Jackson Hole.

"Desde o começo do mês, quando houve um estresse global nos mercados por conta do temor de recessão nos Estados Unidos, vimos uma recuperação dos ativos após a divulgação de uma sequência de dados que afastaram essa percepção", observa Garcia. "Hoje [ontem], me pareceu ter ocorrido uma realização [de lucros] antes de um dia importante." Além disso, o operador de câmbio de uma gestora também apontou um retorno do "Trump trade" à pauta, ao ter em vista que "as apostas na vitória do [republicano Donald] Trump melhoraram nos EUA e, em tese, isso indica dólar forte".

Ontem, também os juros dos Treasuries de longo prazo subiram, o que ajudou a puxar as taxas futuras brasileiras para cima, em um dia de pressão do leilão de títulos prefixados do Tesouro Nacional, que não conseguiu vender toda a quantidade de títulos ofertados.

"Mais importante do que Selic mais alta é a queda de prêmio de risco, que seria benéfica para os ativos" Ivo Chermont

Site: <https://valor.globo.com/virador/#/edition/187964>

Galípolo diz que suas falas não excedem ata

Mariana Ribeiro e Victoria Netto De São Paulo e do Rio

Após setores do mercado financeiro terem ficado confusos em relação à sinalização recente do Banco Central (BC) sobre uma possível alta dos juros, o diretor de política monetária, Gabriel Galípolo, buscou destacar ontem que suas falas recentes não ultrapassam o que foi dito na ata da última reunião do Comitê de Política Monetária (Copom). Ele também frisou que há coesão entre a mensagem transmitida pelos diferentes diretores do BC e o presidente da autoridade monetária, Roberto Campos Neto.

"Não há qualquer tipo de reparo em relação a falas anteriores", disse o diretor em evento, em São Paulo. Ele também afirmou discordar da interpretação de que suas declarações colocaram o BC em um "corner", ou seja, encurralaram a autoridade monetária em relação ao futuro dos juros.

Nesta semana, Luis Stuhlberger, da Verde Asset, havia dito que "depois de tudo que o Galípolo falou, o BC ficou no corner".

Tanto Galípolo quanto o diretor de política econômica, Diogo Guillen, disseram que não se deve confundir balanço de riscos com uma projeção para a Selic. "O balanço de riscos não deveria ser visto como "guidance" de política monetária, ele é o balanço de riscos sobre a projeção de **inflação**, e temos tentado ser transparentes sobre "guidance", sobre o que estamos pensando através do **comunicado** e através da ata", disse Guillen em outro evento, no Rio.

Galípolo destacou que o BC chegará na próxima reunião do Copom, em setembro, com todas as alternativas na mesa, inclusive de alta dos juros, "como já está na ata". De acordo com ele, era essa a mensagem que estava buscando transmitir. Ele voltou a dizer, no entanto, que uma posição difícil para a autoridade monetária não é ter que subir juros, e sim ter **inflação** acima da meta. "Subir juros é cotidiano", acrescentou.

O diretor afirmou que "de maneira alguma se pensa ou se pode" utilizar a banda de **inflação** para diminuir o esforço de buscar a meta, que é 3%. Em relação às perspectivas macroeconômicas, disse que o cenário hoje inclui revisões sistemáticas de crescimento do Produto Interno Bruto (**PIB**), crescimento da renda, baixa taxa de desemprego e alta nas previsões de crédito.

"O BC tende a ser mais conservador, não gosta de correr risco", disse, acrescentando que, assim, o colegiado quer reunir mais informações e, assim, tomar uma decisão sobre os juros. "Estamos dependentes de dados, sem nenhum tipo de guidance", disse.

Ele reforçou a mensagem de que é um equívoco estabelecer relação mecânica entre câmbio e política monetária.

"Campos Neto e diferentes diretores têm dito isso", afirmou.

Guillen, por sua vez, comentou que o processo de desinflação arrefeceu e disse que a autarquia quer entender como o câmbio vai afetar as projeções de **inflação**. O diretor observou que há uma deterioração sobre a percepção da situação fiscal, mas ressaltou que o mercado de trabalho segue mais dinâmico do que o previsto.

Site: <https://valor.globo.com/virador/#/edition/187964>

Selic corrigirá dívidas civis e indenizações, decide o STJ

Brasília - A Corte Especial do Superior Tribunal de Justiça (STJ) concluiu ontem o julgamento que estabeleceu a taxa Selic como índice de correção para todas as dívidas civis e indenizações.

A decisão deverá repercutir sobre todas as dívidas de natureza civil reconhecidas pela Justiça, em todo território nacional. Processos de vários tipos podem ser afetados, incluindo os que envolvem multas e condenações por danos morais e materiais.

O caso que motivou o julgamento pelo STJ, por exemplo, diz respeito a uma indenização determinada pela Justiça a ser paga por uma empresa de transportes a uma passageira de ônibus que se machucou durante a viagem. A ordem pelo pagamento foi proferida em 2013, mas até o momento não foi cumprida.

Por 6 votos a 5, os ministros da Corte Especial decidiram que a indenização deve ser corrigida pela Selic. O resultado foi alcançado após intensos debates, sucessivos pedidos de vista (mais tempo de análise) e diferentes questões de ordem suscitadas pelo relator, ministro Luis Felipe Salomão.

Pelo entendimento vencedor, a Selic - taxa básica de juros, definida pelo Banco Central - deve ser aplicada sempre que a indenização não advir de uma relação contratual, em decorrência de um acidente ou dano ambiental, por exemplo. Quando a dívida civil for resultante de um contrato firmado entre as partes, a Selic deve ser aplicada sempre que o próprio contrato não prever algum índice de correção.

O placar final fora alcançado em março, mas o resultado do julgamento só foi declarado agora pela presidente do STJ, ministra Maria Thereza de Assis Moura. A conclusão só foi possível após a Corte Especial afastar uma questão de ordem apresentada por Salomão, em que o relator buscava anular o julgamento devido à ausência, na sessão de março, de dois ministros aptos - Og Fernandes e Francisco Falcão. Na ocasião, com placar de 5 a 5, o julgamento foi concluído com o voto de desempate da ministra Maria Thereza de Assis Moura.

O próprio Salomão decidiu ontem retirar outras duas questões de ordem que também havia apresentado em março, nas quais colocava dúvidas sobre o método

de cálculo para a aplicação da Selic. O relator disse que uma lei publicada em julho resolveu suas ressalvas.

A Lei 14.905/2024 mudou o trecho do Código Civil sobre o tema, estabelecendo como índices oficiais para os juros de mora e a correção monetária e das dívidas civis, respectivamente, a Selic e o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), calculado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e considerada a **inflação** oficial do País.

Ainda no caso dos juros pelo não pagamento da dívida, para calculá-lo deve-se subtrair o IPCA da taxa Selic. Sempre que essa conta for negativa, o juros de mora será zero, definiu a nova legislação. Tal sistemática ainda precisa ser regulada pelo Conselho Monetário Nacional e o Banco Central. Até lá, vigoram as regras estabelecidas pelo STJ.

Votos - Ao final, Salomão ficou derrotado no caso. Ele havia votado para que os juros aplicados às dívidas civis fossem de 1% ao mês mais a correção monetária, a ser calculada de acordo com o índice regulamentado pelo tribunal que julgou o processo. O relator apresentou diversos argumentos contra a adoção da Selic, afirmando por exemplo que essa taxa possui caráter remuneratório, não servindo assim para cumprir o papel punitivo do juros de mora.

Salomão foi acompanhado por pelos ministros Antônio Carlos Ferreira, Humberto Martins, Herman Benjamin e Mauro Campbell Marques.

O voto que prevaleceu foi o do ministro Raul Araújo, que foi seguido por Benedito Gonçalves, João Otávio de Noronha, Maria Isabel Gallotti e Nancy Andrichi. Para essa corrente, a adoção de um juro fixo mensal poderia gerar distorções nos momentos de queda da Selic, pois os juros de mora ficariam mais altos do que o de aplicações financeiras, tornando mais vantajoso, por vezes, deixar de receber uma indenização do que recebê-la.

(ABr) %

Site: <https://publisher.diariodocomercio.com.br/central-do-leitor/digital/>